



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

SHIRLEY DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA

**Vozes divergentes? Uma análise de gênero das opiniões
sobre assuntos públicos no Brasil**

**GOIÂNIA
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/profissional, indique o Eixo do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Eixo de caso em Sociologia ambiental ou outras áreas.

2. Nome completo do autor

Shirley de Jesus Oliveira Pereira

3. Título da trabalho

VOZES DIVERGENTES? UMA ANÁLISE DE GÊNERO DAS OPINIÕES SOBRE ASSUNTOS PÚBLICOS NO BRASIL

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por Pedro Santos Miranda, Professor de Magistério Superior, em 30/01/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Shirley De Jesus Oliveira Pereira, Discente, em 30/01/2024, às 21:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufpa.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_confirmitad_cnpjao_sistema=0, informando o código verificador 4348196 e o código CRC 60267052.

Shirley de Jesus Oliveira Pereira

**Vozes divergentes? Uma análise de gênero das opiniões
sobre assuntos públicos no Brasil**

Dissertação apresentada em 2023 ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás – PPGCP/UFG como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Estudos Políticos Contemporâneos

Orientador: Prof. Dr. Pedro Santos Mundim

Goiânia
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Pereira, Shirley de Jesus Oliveira

Vozes divergentes? [manuscrito] : Uma análise de gênero das opiniões sobre assuntos públicos no Brasil / Shirley de Jesus Oliveira Pereira. - 2023.
f.

Orientador: Prof. Pedro Santos Mundim.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Opinião pública. 2. Assuntos públicos. 3. Diferença de gênero.
I. Mundim, Pedro Santos, orient. II. Título.

CDU 32



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 02 da sessão de Defesa de Dissertação de SHIRLEY DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA, que confere o título de Mestra em Ciência Política, na área de concentração em Estudos Políticos Contemporâneos.

Ao/s vinte e seis dias de janeiro de dois mil e vinte e quatro, a partir da(s) 14h00, em ambiente remoto do Google Meet (meet.google.com/cnn-uonc-yzj), realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “VOZES DIVERGENTES? UMA ANÁLISE DE GÊNERO DAS OPINIÕES SOBRE ASSUNTOS PÚBLICOS NO BRASIL”. Os trabalhos foram instalados pela Orientador, Professor Doutor Pedro Santos Mundim (PPGCPRI/UFG), com a participação das demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Eliane Gonçalves (PPGS/UFG), membra titular externa, que participou através de videoconferência; e Professora Doutora Mariana Prandini Fraga Assis (PPGCPRI/UFG), membra titular interna, que participou através de videoconferência. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor Pedro Santos Mundim, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e seis dias de dezembro de dois mil e vinte e quatro.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Santos Mundim, Professor do Magistério Superior**, em 26/01/2024, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mariana Prandini Fraga Assis, Professora do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 04:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Gonçalves, Professor do Magistério Superior**, em 31/01/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4334939** e o código CRC **D41FBD3F**.

Referência: Processo nº 23070.003078/2024-33

SEI nº 4334939

AGRADECIMENTOS

À Deus, por me capacitar e ajudar a conseguir entrar na seleção do curso em 2021 e agora finalizá-lo com este trabalho.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, professores e colegas do curso, em especial Letícia, minha principal apoiadora e ouvinte durante o curso.

Ao orientador do trabalho, professor Pedro Mundim. Além de ser *expert* na área de pesquisa em relação à opinião pública, é excelente orientador, professor e conselheiro.

Aos professores Mariana Prandini Fraga Assis e Lucas Toshiaki Archangelo Okado, componentes da banca de qualificação deste trabalho.

Ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso pela concessão da licença capacitação, elemento indispensável para a finalização deste trabalho.

Ao meu marido Daniel, pelo apoio, por cuidar de nosso filho Henrique durante as viagens para Goiânia, as horas de estudo e além de me ajudar a compreender questões estatísticas do curso.

Aos meus pais, que investiram com muito esforço nos meus estudos e acreditaram antes de tudo no ensino como meio de mudança de vida.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1. EXPLICAÇÕES PARA AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA OPINIÃO PÚBLICA	22
1.1. IDENTIDADE FEMINISTA	25
1.2. CIRCUNSTÂNCIAS ECONÔMICAS	27
1.3. TEORIA DO PAPEL SOCIAL E MATERNIDADE	29
1.4. VALORES	31
CAPÍTULO 2. DESCRIÇÃO DOS DADOS	34
2.1. DESCRIÇÃO DOS DADOS DA BASE ESEB 2022	35
2.1.1. Variáveis dependentes	35
2.1.2. Variáveis independentes	36
2.2. DESCRIÇÃO DOS DADOS DA BASE LAPOP 2019	38
2.2.1. Variáveis dependentes	38
2.2.2. Variáveis independentes	39
CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	42
3.1. RESULTADOS – ESEB 2022	42
3.1.1 Temas sociais	42
3.1.2. Democracia e golpe militar	44
3.1.3. Sexo e identidade de gênero feminina	46
3.1.4. Efeitos condicionais	48
3.2. RESULTADOS – LAPOP 2019	52
3.1.1 Temas sociais	53
3.2.2. Democracia e golpe militar	54
3.2.4. Sexo e identidade de gênero feminina	57
3.2.5. Efeitos condicionais	59
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	68
MODELOS ESEB 2022	68
MODELOS LAPOP 2019	77

RESUMO

Este trabalho pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Homens e mulheres têm as mesmas opiniões sobre assuntos públicos no Brasil? Para isso foi necessário fazer uma comparação entre as categorias feminino e masculino. Foram analisadas as respostas dadas por homens e mulheres sobre certos assuntos públicos em questionários de pesquisas de opinião pública já realizados. Foram selecionados dois questionários, Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB/CESOP) 2022 e Latin American Public Opinion Project (LAPOP) 2018/2019. A hipótese do trabalho é que elas apresentarão atitudes mais progressistas do que eles em relação aos assuntos de compaixão e atitudes mais conservadoras em relação a questões morais. Os assuntos públicos investigados foram: políticas de bem-estar social, direitos de minorias, igualdade de papéis entre homens e mulheres, apoio à democracia e questões morais. As variáveis independentes foram: sociodemográficas, avaliação de governo, ideologia, preferência partidária, status de emprego, identidade de gênero e nº de crianças abaixo 13 anos vivendo na casa. Após análises de regressão logística e linear, encontrou-se que as mulheres brasileiras tendem a apoiar mais do que os homens adoção de crianças por um casal gay, o casamento entre pessoas do mesmo sexo (o apoio aparece tanto nos dados do ESEB quanto nos dados do LAPOP) e os direitos de homossexuais de se candidatarem a cargos públicos, que as escolas públicas ensinem as crianças a rezar e a acreditar em Deus. Elas apresentaram oposição à descriminalização do uso de drogas, à redução da maioria penal, às privatizações dos serviços públicos, a que os ricos paguem muito impostos e recebam pouco em serviços do Estado e ao aborto mesmo em caso de risco de vida da mãe. Elas são menos tendentes a acreditar que a democracia seja preferível a outras formas de governo e estão mais insatisfeitas com a democracia no país do que os homens (resultados similares tanto nos dados do ESEB quanto nos dados do LAPOP).

Palavras-chave: Opinião pública, assuntos públicos, diferença de gênero

ABSTRACT

This work aims to answer the following research question: Do men and women have the same opinions on public issues in Brazil? To do this, it was necessary to make a comparison between the female and male categories. The answers given by men and women on certain public issues in public opinion survey questionnaires that had already been carried out were analyzed. Two questionnaires were selected, Brazilian Electoral Study (ESEB/CESOP) 2022 and Latin American Public Opinion Project (LAPOP) 2018/2019. The work's hypothesis is that women will have more progressive attitudes than men in relation to issues of compassion and more conservative attitudes in relation to moral issues. The public issues investigated were: social welfare policies, minority rights, equal roles between men and women, support for democracy and moral issues. The independent variables were: sociodemographic, government evaluation, ideology, party preference, employment status, gender identity and number of children under 13 years old living in the house. After logistic and linear regression analyses, it was found that Brazilian women tend to support the adoption of children by a gay couple and same-sex marriage more than men (support appears both in the ESEB data and in the LAPOP data) and the rights of homosexuals to run for public office, that public schools teach children to pray and believe in God. They opposed the decriminalization of drug use, the reduction of the age of criminal responsibility, privatization of public service, the fact that the rich pay a lot of taxes and receive little in state services and abortion even in cases where the mother's life is at risk. They are less likely to believe that democracy is preferable to other forms of government and are more dissatisfied with democracy in the country than men (similar results in both ESEB and LAPOP data).

Keywords: Public opinion, public issues, gender gap.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANES	American National Election Study
CESOP	Centro de Estudos de Opinião pública
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
DP	Desvio-padrão
ESEB	Estudo Eleitoral Brasileiro
ESS	European Social Survey
IPU	União Interparlamentar
LAPOP	Latin American Public Opinion Project
LGBTQ	Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer
M	Média
Min	Mínimo
Max	Máximo
PT	Partido dos Trabalhadores
PL	Partido Liberal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
WVS	World Values Survey

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Percentual masculino e feminino de eleitos (as) nas eleições municipais 2020 por regiões do Brasil.....	17
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais. Os resultados são provenientes dos modelos Logit na tabela 3 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.43

Figura 2: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar. Os resultados são provenientes dos modelos OLS na tabela 4 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.45

Figura 3: Interação entre sexo e identidade de gênero feminina. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 5 e 6 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.47

Figura 4: Interação entre sexo e variáveis independentes. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 7 e 8 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.50

Figura 5: Interação entre sexo e avaliação de governo. Os resultados são provenientes dos modelos Logit das tabelas 7 e 8 do anexo da dissertação. As linhas representam intervalos de confiança de 95%.51

Figura 6: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais. Os resultados são provenientes dos modelos Logit na tabela 3 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%53

Figura 7: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar. Os resultados são provenientes dos modelos OLS na tabela 4 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.55

Figura 8: Interação entre sexo e identidade de gênero. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 5 e 6 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.....58

Figura 9: Interação entre sexo e variáveis independentes. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 7 e 8 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.....60

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparecimento feminino e masculino nas eleições brasileiras (2012-2022).....	22
Tabela 2: Proporção de pessoas que apresentaram posições a favor sobre os seguintes temas debatidos na sociedade brasileira	35

INTRODUÇÃO

A diferença de gênero na representatividade política não é novidade no mundo todo, inclusive no Brasil. No ano de 2023, no Senado Federal, as senadoras em exercício¹ representam apenas 18,5% e na Câmara de Deputados, apenas 17,7%, apesar de sermos 53% do eleitorado do país. É o reflexo de anos de preponderância masculina no espaço público. Poucas são as mulheres eleitas no Brasil e menor ainda é a quantidade de mulheres que conseguem exercer um papel protagonista dentro dos partidos ou das instituições legislativas.

Segundo relatório do IPU (União Interparlamentar) referente ao ano de 2021 (UNIÓN INTERPARLAMENTARIA (UIP), 2022) sobre representatividade feminina nos parlamentos, o Brasil elege praticamente a mesma quantidade de mulheres em relação aos outros países que não utilizam cotas de gênero:

Em 2021, as cotas seguiram desempenhando um papel fundamental para garantir uma maior representação feminina. Nos países com algum tipo de cotas, a média de mulheres eleitas para a Câmara baixa ou única foi de 31,9%, enquanto que nos países que não aplicaram cotas, a porcentagem geral de mulheres eleitas foi de apenas 19,5%. (Unión Interparlamentaria (UIP) 2022, p.1)²

O art. 10, § 3º da Lei 9.504/1997³, lei das eleições, estabelece o limite de no mínimo 30% de candidaturas de um mesmo sexo referente à cota de gênero em eleições no Brasil, porém as eleitas não alcançam esse percentual mínimo. Conforme se vê no quadro abaixo, nas eleições de 2020 para o cargo de prefeito, no Centro-Oeste, Sul e Sudeste a quantidade de mulheres eleitas não alcançou o quantitativo de 12%. No Norte, foram eleitas 14% e o Nordeste alcançou a maior quantidade de mulheres eleitas (17%):

¹ São 11 senadoras titulares (4 eleitas em 2022, 6 estão na segunda metade do mandato e 1 assumiu em razão de o titular ter sido eleito para governo estadual) e 15 senadoras em exercício em razão de afastamentos dos titulares, principalmente para ocupar cargos em ministérios. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/03/08/de-voto-feminino-a-banheiro-no-plenario-veja-avancos-das-mulheres-no-congresso-nacional-ao-longo-dos-anos.ghtml>>. Acesso em 08/08/2023.

² Trecho original em espanhol. Neste trabalho, faço a tradução dos trechos que estão em espanhol ou inglês em sua versão original.

³ Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9504.htm> Acesso em: 23/11/2022.

Quadro 1: Percentual masculino e feminino de eleitos (as) nas eleições municipais 2020 por regiões do Brasil

Regiões do Brasil	% de homens eleitos em 2020 (prefeito)	% de mulheres eleitas em 2020 (prefeito)	% de homens eleitos em 2020 (vereador)	% de mulheres eleitas em 2020 (vereador)
Centro - Oeste	89,8 %	10,2 %	79,6 %	20,4 %
Sul	88,3 %	11,7 %	77,4 %	22,6 %
Sudeste	88,3 %	11,7 %	80,3 %	19,7 %
Nordeste	82,7 %	17,3 %	80,6 %	19,4 %
Norte	85,9 %	14,1 %	79,1 %	20,9 %

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE⁴

Nas eleições de 2020 para o cargo de vereador, a porcentagem de eleitas é bem maior do que para o cargo de prefeito, ficando em torno de aproximadamente 20% o quantitativo de eleitas em todas as regiões do país, obtendo destaque a região Sul onde a quantidade de mulheres eleitas foi de 22%. Em geral, a média de mulheres eleitas em 2020 para os cargos legislativos municipais foi de apenas 16,8%, número bem abaixo da quantidade de mulheres eleitas em 2021 em países que não aplicam cotas de gênero (19,5%).

Na última publicação do *ranking* da porcentagem de mulheres nos parlamentos publicado pelo IPU (abril, 2023), o Brasil se encontra na posição 131, atrás de vários países da América do Sul, como Bolívia (11), Argentina (17), Peru (31), Equador (32), Chile (44), Uruguai (90) e Paraguai (123)⁵.

Quando essas poucas mulheres assumem os cargos eletivos quase não têm visibilidade dentro dos espaços legislativos. Por exemplo, pudemos observar no ano de 2021 na Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a COVID-19, a qual investigou possíveis irregularidades do governo federal durante a pandemia do COVID, que nenhuma mulher fazia parte da mesa diretora nem sequer integravam a Comissão, nem

⁴ Disponível em < <https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais> > Acessado em: 23/02/2022.

⁵ Disponível em: <<https://data.ipu.org/women-ranking/?month=4&year=2023>>. Acesso em: 07/07/2023.

como titulares nem como suplentes. Elas compareceram nas sessões por vontade própria e estabeleceram o compromisso de haver sempre uma mulher nas sessões, mas não podiam votar ou apresentar requerimentos, apenas fazer perguntas aos entrevistados⁶.

Apesar das barreiras, as mulheres têm exercido papel ativo para adentrar nos espaços públicos. Elas participam politicamente de forma alternativa em movimentos sociais, onde podem construir demandas (principalmente em relação a políticas públicas) podendo lutar por seus interesses, longe da dominância de partidos políticos e dos processos eleitorais. Por exemplo, nos anos 80 no Brasil, o movimento feminista conseguiu espaço na agenda política do parlamento e conseguiu garantir o estabelecimento de direitos formais das mulheres na Constituição brasileira de 1988. (PINTO, 2001)

Nesse contexto, é importante entender as diferenças de gênero na opinião pública já que isso pode levar a consequências políticas importantes, como a escolha de um candidato que defenda assuntos que sejam de seu interesse em detrimento de outro candidato que não defenda esses assuntos. As mulheres em geral pensam diferente dos homens em suas opiniões não relacionadas à política e também em relação às opiniões políticas (EAGLY; DIEKMAN, 2006; LIZOTTE, 2020). Como argumenta Lizotte (2018), uma diferença de gênero em um simples assunto, especialmente um assunto saliente, pode ter efeitos eleitorais significantes.

Compreender essas preferências femininas por assuntos públicos específicos é importante porque a participação feminina nas eleições (momento do auge da expressão da opinião pública) no Brasil é expressiva, sendo maior que a participação masculina conforme constatado na Tabela 1 aumentando a chance de que essas diferenças de opinião tenham consequências políticas.

A maior participação feminina certamente atrai a atenção de políticos para debater e propor soluções sobre temas em que elas têm mais interesse do que os homens em períodos eleitorais, além de em geral afetar a influência política em termos de formulação de políticas e ação governamental (DESPOSATO; NORRANDER, 2009) . Portanto, perceber e entender essa diferença de gênero importa para o

⁶ Disponível em: <[Entenda por que a participação de mulheres gerou bate-boca na CPI da Covid | Política | G1 \(globo.com\)](#)>. Acesso em: 21/04/2023.

governo, partidos políticos, candidatos, estrategistas políticos e para pesquisadores da Ciência Política. (LEONIE, HUDDY; CASSESE, ERIN; LIZOTTE, 2008; LIZOTTE, 2020)

Este trabalho pretende responder a seguinte pergunta de pesquisa: Homens e mulheres têm as mesmas opiniões sobre assuntos públicos no Brasil? Para entender as diferenças entre homens e mulheres, é necessário compará-los, pois seus papéis se definem em relação um ao outro (SANTOS; CALDANA; ALVES, 2001). O termo gênero é usado neste trabalho para representar as categorias de feminino e masculino atribuídas pela sociedade brasileira e não refere-se ao termo identidade de gênero⁷. Os questionários utilizados fazem esta diferenciação biológica e não adentram na questão de identidade de gênero.

O objeto desta pesquisa é sobre opinião pública e diferença de gênero. Para tanto, foi necessário entender o conceito de opinião pública e de gênero, este último já especificado acima. Em relação ao termo opinião pública, inicialmente, podemos entender o conceito como julgamentos (juízos) coletivos fora da esfera do governo que afetam a tomada de decisão política. (Speier, 1950; Lazarsfeld, 1957; Ginsberg, 1986 citado por Price, Vincent 1994).

Serão analisadas as respostas dadas por homens e mulheres sobre certos assuntos públicos em questionários de pesquisas de opinião pública já realizados. Um dos questionários é de um instituto de pesquisa de opinião brasileiro Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB/CESOP)⁸ e o outro questionário é de um instituto de pesquisa de opinião pública estrangeiro, Latin American Public Opinion Project (LAPOP)⁹.

A pesquisa que se pretende realizar já foi e é realizada nos Estados Unidos de forma consolidada desde a década de 1980. Pesquisou-se naquele país nesta década

⁷ Segundo Espírito-Santo e Carvalho (2022), o conceito de gênero vai além da definição binária homem e mulher. É um conceito mais complexo e mais rico. A segunda onda feminista teve sucesso em disseminar a ideia de que sexo deve ser definido pelo aspecto biológico e gênero deve ser associado ao aspecto cultural, ao que é culturalmente esperado em relação aos papéis e comportamentos de homens e mulheres (BITTNER; GOODYEAR-GRANT, 2017). Nas ciências sociais, o termo gênero é preferível em relação ao termo sexo, já que demonstra que os pesquisadores estão cientes de que nem todas as diferenças entre homens e mulheres são biologicamente determinadas (Prysgoda e Chrisler citado por Espírito-Santo e Carvalho 2022).

⁸ CESOP/UNICAMP – Centro de Estudos de Opinião pública - é um instituto de pesquisa interdisciplinar na Universidade Estadual de Campinas que divulga dados de *survey*.

⁹ LAPOP – Latin American Public Opinion Project - é um instituto de pesquisa que divulga dados de *survey* aplicados em países das Américas, incluindo o Brasil.

porque as mulheres estavam votando mais no partido Democrata do que os homens (LIZOTTE, 2020) e também sobre essa diferença de gênero em relação a determinados assuntos públicos, já se encontrando a existência dessa diferença de gênero e evidências de porque ela existia¹⁰.

A pesquisadora e professora estadunidense Mary-Kate Lizotte 2020 publicou em 2020 o livro *Gender Differences in public opinion: values and political consequences*. No trabalho, ela apresenta diferença de gênero com dados da ANES (American National Election Study) de 1980 a 2016 e do WVS (World Values Survey) de 2011 em relação a vários assuntos públicos. Homens e mulheres nos Estados Unidos divergem de forma estaticamente significativa em relação a assuntos como uso da força (gastos com defesa, uso da força militar para resolver problemas internacionais, necessidade da guerra, controle legal sobre o acesso a armas, oposição à pena de morte), com elas sendo mais pacíficas do que eles. Elas também desejam mais a proteção ao meio ambiente através de apoio aos gastos e regulação governamentais em relação a este item, assim como em relação a outros assuntos públicos já citados anteriormente.

No livro, a autora apresenta não só essa diferença de gênero, mas também explicações para essa diferença. De forma metodológica, ela testa empiricamente cada uma das seguintes explicações: identidade feminista, circunstâncias econômicas, teoria do papel social e maternidade, e valores. Encontrada a diferença de gênero, em relação a um assunto público específico, a autora tenta encontrar a causa para a diferença. Por exemplo, para testar a explicação identidade feminista, ela usa a medida apego afetivo/psicológico ao grupo, e de fato encontra que se identificar com feministas prediz menos apoio das mulheres ao uso da força militar, maior apoio a leis mais rígidas de controle de armas e menor apoio à pena de morte.

Assim, tendo como base esse estudo, entende-se que nesse trabalho será encontrada diferença de gênero estaticamente significativa em relação a assuntos de compaixão (como desejo da diminuição da desigualdade econômica e do aumento dos direitos de homossexuais) e mais tradicionalmente morais (descriminalização do uso de drogas, aborto e outros assuntos similares) com elas apresentando atitudes mais progressistas do que eles em relação aos assuntos de compaixão e

¹⁰ Ver o trabalho de (CONOVER, 1988).

apresentando atitudes mais conservadoras em relação a questões morais, uma vez que as explicações apresentadas pela literatura americana, principalmente circunstâncias econômicas, teoria do papel social e maternidade, e valores, estão presentes em nossa realidade brasileira. Assim, acredita-se que elas serão as maiores apoiadoras de políticas que dão apoio à família e à comunidade, mas também serão mais tradicionalmente morais, já que ter essa atitude pode ser uma forma de proteger as crianças e a família. (EAGLY et al., 2004)

Este estudo está assim estruturado: Na primeira parte, são apresentados exemplos de diferenças de gênero na opinião pública e explicações apresentadas pela literatura para a diferença de gênero em atitudes e comportamentos políticos, sendo elas: identidade feminista, circunstâncias econômicas, teoria do papel social e maternidade, e valores.

Na segunda parte do estudo, serão detalhadas as variáveis dependentes, os assuntos públicos sobre os quais se pretende debruçar para verificar se há diferença de gênero (variável independente) no Brasil. São eles: políticas de bem-estar social, direitos de minorias, igualdade de papéis entre homens e mulheres, apoio à democracia e questões morais. Os dados da pesquisa serão extraídos de bancos do ESEB de 2022 e dos dados para o Brasil do Latin American Public Opinion Project (LAPOP) de 2018/2019.

CAPÍTULO 1. EXPLICAÇÕES PARA AS DIFERENÇAS DE GÊNERO NA OPINIÃO PÚBLICA

A participação convencional feminina no Brasil é maior do que a masculina¹¹, sendo isso uma diferença de gênero (DESPOSATO; NORRANDER, 2009; LIZOTTE, 2020). No Brasil, segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o comparecimento feminino no 1º turno e 2º turnos das eleições 2022 foi ligeiramente maior que o masculino, seguindo a tendência desse maior comparecimento feminino nas eleições dos últimos 10 anos, como se pode ver na tabela 1 abaixo:

Tabela 1: Comparecimento feminino e masculino nas eleições brasileiras (2012-2022)

Eleição	Turno	Comparecimento		
		Mulheres	Homens	Dif.
2012	1º	84,59%	82,53%	2,06%
	2º	81,41%	80,30%	1,11%
2014	1º	81,77%	79,56%	2,21%
	2º	79,85%	78,09%	1,76%
2016	1º	83,05%	81,75%	1,30%
	2º	78,57%	78,33%	0,24%
2018	1º	80,41%	79,16%	1,25%
	2º	79,11%	78,55%	0,56%
2020	1º	77,11%	76,58%	0,53%
	2º	70,11%	70,92%	-0,81%
2022	1º	80,20%	78,14%	2,06%
	2º	80,31%	78,79%	1,52%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE¹²

Essa diferença na taxa de comparecimento parece significar que as mulheres podem ter decidido muitas eleições no país nos últimos 10 anos. Com exceção do segundo turno das eleições de 2020, elas compareceram mais que os homens nos dois turnos no intervalo de 2012-2022. Isso pode demonstrar porque os políticos

¹¹ Diferentes taxas de participação para qualquer subgrupo merecem atenção, mas as diferenças de gênero são especialmente merecedoras de atenção porque apesar de a mulher ter sido historicamente excluída da participação na política, elas têm obtido no mundo moderno maiores taxas de comparecimento nas eleições do que o homem. (DESPOSATO; NORRANDER, 2009)

¹² Disponível em <[Gênero \(tse.jus.br\)](http://tse.jus.br)>. Acesso em: 21/04/2023.

parecem estar dando mais atenção a assuntos considerados importantes por elas, como foi visto nos debates presidenciais da última eleição no Brasil¹³, além do fato de que elas são maioria do eleitorado. Segundo Pinto (2001), “o tema (direitos das mulheres) não só ganhou legitimidade no discurso político, mas se constituiu como necessário para legitimar a própria pretensão eleitoral dos candidatos.”

Além disso, as mulheres estão conseguindo adentrar nos espaços públicos no país nos últimos anos. Embora recebam uma menor remuneração, não exerçam cargos de chefia e direção em regra, e tenham pouca voz nesses espaços, estão exercendo um papel ativo para enfrentar tais barreiras, inclusive nos espaços legislativos.

Diferenças de gênero em conhecimento político e interesse em política também são lacunas de gênero. Nas principais pesquisas sobre conhecimento político, as mulheres apresentaram menor conhecimento sobre questões políticas do que os homens (LIZOTTE; SIDMAN, 2009; VERBA; BURNS; SCHLOZMAN, 1997). No entanto, em pesquisas sobre assuntos em que mulheres tem mais interesse ou são direcionadas a ter interesse desde a infância por causa da divisão sexual¹⁴ do trabalho (como questões de gênero ou sobre políticas femininas que as preocupam), as mulheres têm mais conhecimento do que os homens:

Quando as questões focam em tópicos que são diretamente relevantes para as mulheres como um grupo – seja porque elas perguntam sobre mulheres que estão atuando na política ou sobre políticas que preocupam as mulheres – a diferença de gênero desaparece e até mesmo é reversa, com as mulheres obtendo maiores níveis de conhecimento do que os homens. (Barabas et al. 2014, p. 843)

Também é uma diferença de gênero quando há divergências nas opiniões sobre assuntos públicos entre homens e mulheres. Pesquisadores nos Estados Unidos descobriram que, em geral, as mulheres têm visões mais liberais do que os homens em suas opiniões políticas (NORRANDER; WILCOX, 2008). Segundo Lizotte 2017,

¹³ Veja a reportagem Eleições 2022: mulheres foram centro do primeiro debate presidencial por Ana Flor. Disponível em: <[Eleições 2022: mulheres foram centro do primeiro debate presidencial | Blog Ana Flor | G1 \(globo.com\)](#)> Acesso em: 21/04/2023.

¹⁴ Segundo Kergoat (2009, p. 67), “divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. [...] Esta forma de divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio de hierarquização (um trabalho de homem “vale” mais do que um trabalho de mulher).”

2020), por exemplo, as mulheres são mais propensas do que os homens a apoiar um maior papel do governo (aumento de gastos) com escolas e creches públicas, além de outros serviços governamentais. Elas também são mais propensas a apoiar uma maior igualdade de papéis entre homens e mulheres e os direitos dos homossexuais quando comparadas aos homens (EAGLY et al., 2004; LIZOTTE, 2020):

As mulheres são frequentemente descritas como mais liberais do que os homens, mais isso é usualmente ligado a diferenças de gênero em posições políticas específicas. Enquanto as mulheres têm posições mais liberais do que os homens em alguns assuntos, que poderia por sua vez levar a uma identificação liberal, em outros assuntos os padrões de gênero são menos claros. Assuntos que envolvem compaixão, como o papel do governo em criar programas de bem-estar social, produzem diferenças de gênero consistentes com mulheres sendo mais apoiadoras do que os homens. Esse tipo de assunto pode levar portanto a identidades liberais para mulheres e conservadoras para homens. (Norrander e Wilcox 2008, p. 504)

Além disso, há diferenças de gênero em questões religiosas, como compromisso com a religião e frequência de comportamentos religiosos. Na América Latina, as mulheres são mais religiosas do que os homens (DESPOSATO; NORRANDER, 2009) e também nos Estados Unidos (LIZOTTE, 2015), sendo que a religiosidade aumenta a taxa de participação convencional política feminina mas diminui a taxa de participação não convencional delas: “Por um lado, a religiosidade aparentemente provê habilidades cívicas que fomenta ações convencionais mas por outro lado as crenças religiosas de pessoas que frequentam a igreja podem dissuadi-las do protesto não convencional.” (Desposato e Norrander 2009, p. 159)

Em relação a questões morais tradicionais, pesquisadores nos Estados Unidos encontraram que as mulheres desaprovam comportamentos que violam as normas de convenção moral, como sexo casual, uso de drogas e suicídio, além de serem mais tendentes a se oporem à legalização da maconha e serem favoráveis à restrição governamental de acesso à pornografia (EAGLY et al., 2004).

A diferença de gênero em relação à legalização do aborto é contraditória. Em estudos nos Estados Unidos, alguns pesquisadores encontraram que os homens são mais favoráveis à legalização do aborto do que as mulheres, já outros pesquisadores encontraram que as mulheres são mais favoráveis, no entanto se questões religiosas são incluídas na pesquisa, elas são mais favoráveis ao aborto do que os homens

(LIZOTTE, 2015), apesar de, nos Estados Unidos, serem mais tendentes a acreditar que o aborto é moralmente errado (SCOTT, 1989).

Diante desse cenário em que mulheres e homens possuem diferentes opiniões sobre assuntos públicos, é necessário elencar possíveis explicações para essas diferenças de gênero em atitudes e comportamentos políticos, considerando o contexto político e social brasileiro.

A diferença de gênero em atitudes e comportamentos políticos pode ter várias explicações. Segundo Lizotte (2020), as principais teorias que explicam como e porque o gênero influencia atitudes políticas são: identidade feminista, circunstâncias econômicas, teoria do papel social e maternidade, e valores. Segundo Howell e Day (2000), as principais explicações para a diferença de gênero são complexas e estão inter-relacionadas. Para os autores, elas parecem estar relacionadas aos diferentes papéis sociais de homens e mulheres, papéis esses que refletem suas diferentes posições econômicas e diferentes valores. Tais explicações serão detalhadas a seguir.

1.1. IDENTIDADE FEMINISTA

Apesar de existirem diferentes tipos de feminismos¹⁵, a maioria deles luta pela igualdade de gênero, investiga as causas e mecanismos da reprodução da dominação do homem, contendo o ímpeto de alterar o mundo concomitante à necessidade de interpretá-lo¹⁶ (BIROLI, FLÁVIA; MIGUEL, LUIS FELIPE, 2014).

Nos anos 1980 nos Estados Unidos, Conover (1988) realizou uma pesquisa empírica com o objetivo de tentar entender se existia diferença de gênero em valores políticos, se os valores femininos difeririam de acordo com a força da identidade feminista e se caso a diferença de gênero em valores existisse, qual extensão seria atribuída ao feminismo.

¹⁵ “No debate internacional, ganham proeminência as autoras de língua inglesa, o que expressa a atual hegemonia anglo-saxã na mídia, no mercado editorial e no ambiente acadêmico, mas também são visíveis contribuições distintas de feminismos como o francês, o italiano e o latino-americano.” (Biroli, Flávia e Miguel, Luis Felipe 2014, p. 5).

¹⁶ Na década de 60 no mundo Ocidental, “o feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher – no trabalho, na vida pública, na educação –, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo.” (Pinto 2010, p. 16).

A partir da base de dados que utilizou na pesquisa, foram criadas três medidas: de identidade feminista, de orientações de valores e de preferências. Para medir a identidade feminista no estudo, adotou-se a ideia de a identidade feminista ser uma identidade social, que refletiria a sensação de pertencimento e de apego psicológico ao grupo. As mulheres participantes da pesquisa foram questionadas se elas se viam/percebiam como feministas.

A pergunta feita foi: “Algumas vezes, a mulher pode pensar nela como mulher, como trabalhadora e como dona de casa. Você se sente dona de casa, a maioria do tempo, algumas vezes, ocasionalmente ou nunca?” (Conover 1988, p. 991). A pergunta foi repetida com os termos mulher, trabalhadora e feminista. Segundo Conover (1988), o objetivo com a questão foi levar a mulher a pensar em suas diferentes identidades sociais e as fazê-las considerar se pensam em si mesmas conscientemente como feministas. Os resultados foram os seguintes: 24,6% nunca pensavam nelas como feministas, 30,9% apenas ocasionalmente, 19,8 % algumas vezes e 22,9 % a maioria do tempo. A autora também combinou essa ideia de auto categorização e a ideia de apego psicológico ao grupo, como o afeto positivo às mulheres, ao movimento de mulheres e ao movimento de liberação das mulheres.

Para medir orientações de valores políticos, foram utilizados: igualitarismo, que mede atitudes sobre igualdade de oportunidades; individualismo, mede atitudes sobre ética do trabalho e esforço individual; e racismo simbólico, que no estudo indica uma mistura de ética protestante e desafeto em relação aos negros. Também foram incluídas medidas de identidade política - a identificação liberal-conservador - e de orientação de valores básicos como tradicionalismo moral, fundamentalismo religioso, papéis sociais de gênero e simpatia pelos menos favorecidos.

A pesquisa encontrou significância estatística ao medir a diferença entre homens e mulheres em relação a alguns valores políticos básicos, como no quesito fundamentalismo religioso, na qual as mulheres tiveram uma pontuação bem acima dos homens. Isso sugere que a religião tem um grande papel na vida das mulheres, mais do que na dos homens. Também encontrou significância estatística no quesito simpatia pelos menos favorecidos, tendo elas uma maior pontuação no quesito.

Ao correlacionar a medida de identidade feminista e orientações de valores, o estudo encontrou uma correlação positiva entre identidade feminista e o senso de

igualitarismo, com a moderna concepção de divisão de papéis sexuais e com a simpatia pelos menos favorecidos. Por outro lado, encontrou uma correlação negativa entre a identidade feminista com racismo simbólico, com ideologia liberal e com a tendência de rejeitar a moral tradicional.

Segundo a autora, para entender em que extensão a diferença de valores contribui para a diferença de gênero na opinião pública, é necessário medir as preferências por assuntos públicos. Em assuntos ligados à política externa, em comparação aos homens, elas apresentaram os seguintes resultados: medo da guerra, desejo por paz, apoio ao não intervencionismo e menor apoio ao fortalecimento da defesa nacional. Em relação aos assuntos políticos internos, elas tendem a apoiar os gastos sociais e ao aborto e apresentaram oposição às orações nas escolas.

Ao relacionar identidade feminista e preferências por assuntos públicos, encontrou-se que quanto mais forte àquela, mais elas temiam a guerra civil e a nuclear e menos apoiavam o fortalecimento da defesa nacional. Também encontrou uma correlação positiva entre identidade feminista e apoio aos programas sociais, especialmente em relação aos mais pobres e apoio ao seguro-desemprego. Assim, a autora conclui que a mulher que se enxerga como feminista adota valores políticos democráticos, havendo uma diferença de preferências políticas entre homens e mulheres feministas, tendo encontrado pequena diferença entre homens e mulheres não feministas em relação a valores políticos básicos e posições políticas.

A pesquisa realizada por Lizotte (2020) com dados da ANES 1992 e 2016 também encontrou que identificar-se com mulheres feministas contribui para a diferença de gênero quanto ao maior apoio à igualdade de papéis de gênero, às leis protetivas de gays e lésbicas e às ações afirmativas de governo, bem como apoio aos gastos do governo com programas de bem estar social, como gastos com creches e escolas públicas, gastos com seguridade social e saúde pública, apoio à ajuda aos pobres e à garantia de emprego pelo governo. O estudo também constatou que identificar-se com feministas prediz menos apoio ao uso da força militar, maior apoio a leis mais rígidas de controle de armas e menor apoio à pena de morte.

1.2. CIRCUNSTÂNCIAS ECONÔMICAS

As explicações econômicas para a diferença de gênero abrangem mulheres economicamente independentes e mulheres economicamente vulneráveis. As mulheres economicamente e/ou psicologicamente independentes (por causa da saída dessas mulheres de casa/privado para o trabalho/público¹⁷) têm causado essa disparidade de gênero. Essa teoria surgiu para explicar a diferença de voto nos anos 80 nos Estados Unidos, com as mulheres apoiando o partido Democrata, demonstrando posições liberais, e os homens apoiando o partido Republicano, demonstrando posições conservadoras, o que ocorreu concomitantemente com o aumento da taxa de divórcio e de mulheres trabalhando fora de casa (LIZOTTE, 2020).

Mulheres independentes desenvolvem opiniões próprias e votam com base em seus próprios interesses, não levando em conta o que seus maridos preferem politicamente¹⁸ (LIZOTTE, 2020). Assim, o aumento da expertise política feminina e da sua participação política deram a elas a oportunidade de desenvolver preferências políticas, ainda que reflitam sua posição social de principal cuidadora dos filhos e idosos (EAGLY et al., 2004). Desse modo, a mulher tem uma posição mais liberal do que os homens em assuntos de compaixão, como apoiar mais a diminuição da desigualdade econômica e da discriminação racial (EAGLY et al., 2004; LIZOTTE, 2020).

Pesquisas realizadas nos Estados Unidos sobre a diferença de gênero revelaram resultados consistentes em relação à participação política. Educação, renda e status de emprego são preditores consistentes da participação feminina e tendem a reduzir a diferença de gênero nesse aspecto (DESPOSATO; NORRANDER, 2009). Em um estudo que abrangeu 17 países da América Latina, incluindo o Brasil, Desposato e Norrander (2009) descobriram que o emprego exerce uma grande influência na participação feminina em atividades políticas convencionais e não convencionais. “Transcendendo os papéis tradicionais de gênero, as mulheres, ao ingressarem no

¹⁷ “Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias” (Biroli, Flávia 2014, p. 22)

¹⁸ “Ao ser confinada à casa, paradoxalmente, a mulher era expulsa dos muros da cidade, entre os quais o mundo público se conformava. Ela, simplesmente, não existia” (Pinto 2010, p. 10). Por isso, a importância da saída da mulher da casa para o trabalho, já que além de se tornar economicamente independente consegue expressar suas preferências políticas, desvinculando-se do poder masculino preponderante dentro do lar.

mercado de trabalho, são expostas a novos canais de comunicação e adquirem habilidades.” (Desposato e Norrander 2009, p. 160)

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho aumentou seu envolvimento com a esfera pública, onde a atividade política acontece (EAGLY; DIEKMAN, 2006). A pesquisa realizada por Desposato e Norrander (2009) constatou que o emprego exerce um efeito mobilizador poderoso nas mulheres, incentivando a participação política de todos os tipos, enquanto não apresenta nenhum efeito nos homens da América Latina. Além disso, o trabalho remunerado fora de casa pode estimular as mulheres a expressarem valores diferentes de seus parceiros. (EAGLY; DIEKMAN, 2006)

O estudo de Howell e Day (2000) constatou que quanto mais escolarizadas, mais as mulheres apoiam políticas de bem-estar social. Além disso, à medida que a escolaridade aumenta entre elas, maior é o apoio ao feminismo. Assim, os autores presumem que a educação tem grande impacto na vida da mulher porque a educação aumenta sua consciência das desigualdades econômicas, das atitudes feministas e de sua autonomia em relação aos homens.

Embora tenham se incluído no mercado de trabalho, as mulheres em geral tendem a ganhar menos que os homens. Sendo esta mulher economicamente vulnerável, em regra irá depender de programas sociais do governo, e por isso apoiam um maior gasto do governo com programas de bem social por poderem ser beneficiadas por tais políticas de gastos (LIZOTTE, 2018). Assim, a marginalização econômica da mulher (particularmente mulheres solteiras com crianças pequenas dependentes) a faz mais dependente dos serviços do governo, e por isso ela apoia maiores gastos governamentais. (HOWELL; DAY, 2000)

1.3. TEORIA DO PAPEL SOCIAL E MATERNIDADE

Uma terceira explicação inicialmente apontada para as diferenças de gênero é a teoria do papel social e maternidade, que propõe que homens e mulheres desempenham diferentes papéis sociais - com as mulheres atuando como cuidadoras e os homens como provedores -, o que resulta em diferentes perspectivas. Essa teoria sugere que indivíduos são criados para desenvolver características necessárias a esses

papéis, como mulheres sendo orientadas ao cuidado e evitando conflitos, enquanto os homens são encorajados a serem assertivos e dominantes. (DIEKMAN; SCHNEIDER, 2010)

Assim, os diferentes valores inerentes de homens e mulheres seriam baseados em diferenças biológicas ou devido a socialização de gênero (HOWELL; DAY, 2000). Na era pré-histórica, as mulheres cuidavam das crianças e da agricultura porque eram elas que engravidavam e amamentavam e os homens, por causa de sua força física, saiam para caçar e deviam proteger o bando. Essas funções parecem ter se perpetuado no tempo, de modo que elas ainda em regra são as principais cuidadoras de filhos e idosos e eles em regra ainda são vistos como os principais provedores do lar. Assim, a orientação pacifista da mulher e preocupação pela preservação da vida estaria ligada ao seu papel principal, o de cuidado. (EAGLY et al., 2004)

A teoria do papel social pode ser compreendida através da divisão sexual do trabalho, que estabelece certos papéis de gênero (“existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres” e “um trabalho de homem vale mais do que um trabalho de mulher”) desde a infância. Essa socialização baseada na divisão sexual do trabalho, aprendida desde cedo em casa, acaba se estendendo para outras áreas, como o trabalho, a economia e a política (RAMOS, 2015). Em geral, as mulheres continuam assumindo responsabilidades relacionadas ao cuidado (esfera reprodutiva), enquanto os homens continuam assumindo o papel de provedores (esfera produtiva), tanto em casa quanto no trabalho e na política. Essa divisão de papéis é culturalmente e socialmente compartilhada, o que influencia diretamente as diferenças nas atitudes políticas entre homens e mulheres, como prevê essa teoria (EAGLY et al., 2004).

É nesse contexto de atribuição de certos papéis para homens e certos papéis para mulheres que a maternidade as leva a apoiar a ajuda governamental de gastos com creches e escolas e outros tipos de serviços governamentais (LIZOTTE, 2017), já que elas, como as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos, são as que mais precisam desse tipo de serviços. Além disso, quanto mais filhos, mais a mulher tende a ser mais socialmente compassiva, uma vez que as mães também apoiam políticas que dão apoio à família e à comunidade, e mais tradicionalmente morais, já que ter essa atitude pode ser uma forma de proteger as crianças e a família. (EAGLY et al., 2004)

Eagly et al. (2004) encontraram que nos Estados Unidos as mulheres são mais socialmente compassivas e mais tradicionalmente morais que os homens. Na pesquisa, a variável compaixão social incluiu itens como: brutalidade policial, controle de armas, gastos do governo com afro-americanos, discriminação racial em casa, redução da desigualdade de renda entre ricos e pobres, pena de morte e outras similares. Já a variável moralidade tradicional incluiu itens relacionados a: relacionamento extraconjugal, divórcio, suicídio, legalização da marijuana e outros assuntos similares.

Assim, para Eagly e Diekman (2006), as diferentes atitudes entre homens e mulheres refletem o baixo *status* social das mulheres em relação aos homens e sua grande responsabilidade doméstica. Essas diferenças nas posições sociais mantêm os papéis de gênero, os quais por sua vez influenciam suas atitudes. Por exemplo, a expectativa sobre o papel feminino faz com que esperemos que as mulheres sejam favoráveis a políticas que favoreçam crianças e a educação mesmo entre mulheres sem filhos ou entre mulheres com filhos adultos.

Lizotte (2020) ao testar a explicação teoria do papel social e maternidade por meio do item status parental, em que se questionava qual o número de crianças com menos de 18 anos vivendo na casa, descobriu que esta causa explicativa contribui para a diferença de gênero em relação a atitudes de bem-estar social, sendo elas as maiores apoiadoras dessa política de gastos.

1.4. VALORES

A última explicação para diferenças de gêneros em preferências políticas a ser abordada são os valores. Indivíduos levam em conta valores, além de outros fatores, para considerar opções políticas. Em geral, os valores consistem em visões individuais sobre como a sociedade deveria tratar as pessoas e como as pessoas deveriam se comportar (LIZOTTE, 2020). Servem como princípios guia na vida de uma pessoa ou de um grupo (SCHWARTZ; RUBEL, 2005). Por exemplo, nossa sociedade deveria fazer o que é necessário para assegurar que todos tenham a mesma oportunidade para obter sucesso (igualitarismo), todos deveriam ter seu bem-estar protegido (universalismo) ou é importante ajudar os vizinhos e manter as promessas feitas (benevolência)?

Em pesquisa empírica em 64 países de vários continentes (África, Ásia, Europa, América e Oceania), Schwartz e Rubel (2005) constataram que mulheres de todos esses continentes dão prioridade a valores de benevolência (desejo de ajudar e proteger o bem-estar das pessoas próximas ao indivíduo) e universalismo (apoio à tolerância, justiça social e bem-estar de todos e da natureza). Já os homens tendem a enfatizar muito mais os valores de poder, hedonismo, conquista, direção pessoal e estimulação.

Especificamente quanto à pesquisa realizada no Brasil, encontrou-se grande significância estatística com efeitos positivos para as mulheres em relação ao valor benevolência. Quanto aos homens brasileiros, os efeitos positivos com significância estatística ocorreram em relação aos seguintes valores: estimulação (excitação, novidade e desafio na vida), hedonismo (prazer e sensação de gratificação) e poder (*status* social e prestígio, controle ou dominância de outras pessoas e recursos).

A divisão sexual do trabalho também é uma teoria utilizada para se explicar a diferença de gênero quanto a valores. Segundo Schwartz e Rubel (2005), a alocação de homens e mulheres em ocupações e papéis de família provê a eles experiências que influenciam comportamentos, identidades, atitudes e valores básicos. De acordo com os autores, a valorização significativa que os homens atribuem a valores como poder pode estar associada ao fato de ocuparem posições de trabalho de alto poder e *status* em maior proporção do que as mulheres. Como resultado, eles têm mais oportunidades do que as mulheres para exercer poder diretamente sobre pessoas e recursos. Por outro lado, o papel tradicionalmente atribuído às mulheres de reprodução e cuidado com crianças e idosos promove valores de benevolência. A preocupação com as pessoas próximas, inclusive, pode levar a uma extensão dessa preocupação à proteção do bem-estar de todas as pessoas, contribuindo assim para a ênfase no valor do universalismo.

Então, mulheres, em geral, têm mais preocupação com o bem-estar dos outros do que os homens e isso leva à uma diferença de gênero na opinião sobre assuntos públicos. Por exemplo, Lizotte (2020) mostra que as mulheres são mais favoráveis ao controle de armas, pois pensam nas vítimas inocentes da violência armada. Elas também são mais favoráveis à regulação ambiental, pois pensam nos efeitos nocivos da poluição e dos resíduos tóxicos sobre as famílias e as crianças. Além disso, elas são

mais sensíveis às desigualdades enfrentadas por grupos historicamente marginalizados, como elas mesmas e as pessoas LGBTQ. Elas também são mais favoráveis ao financiamento público de serviços sociais, como escolas, creches e programas de combate à pobreza.

Por isso, Lizotte (2020) também defende que muitas diferenças de gêneros são resultado do grande apoio das mulheres a valores pró-sociais, como igualitarismo (apoio à igualdade de direitos e de oportunidades), universalismo (apoio à tolerância, justiça social e bem-estar de todos e da natureza) e benevolência (desejo de ajudar e proteger o bem-estar das pessoas próximas ao indivíduo: promoção da segurança). A autora encontrou que esses valores pró-sociais contribuem para a diferença de gênero em atitudes de bem-estar social, atitudes raciais, controle de armas e atitudes de cuidado com a saúde, sendo elas grandes apoiadoras dos valores igualitarismo, universalismo e benevolência.

CAPÍTULO 2. DESCRIÇÃO DOS DADOS

Neste capítulo, serão detalhados as bases de dados utilizadas, as variáveis dependentes, os assuntos públicos sobre os quais se debruçará para verificar se há diferença de gênero no Brasil – políticas de bem-estar social, direitos de minorias, igualdade de papéis entre homens e mulheres, apoio à democracia e questões morais–, além das variáveis explicativas. Os dados da pesquisa são provenientes das pesquisas do ESEB 2022 e do LAPOP 2019.

No assunto políticas de bem-estar social, serão tratados temas relacionados a programas sociais do governo, como programa Bolsa Família e Auxílio Brasil, bem como temas voltados à diminuição da desigualdade social por meio da ajuda do governo aos mais pobres e seu auxílio para a redução da desigualdade de renda. Sobre o assunto direitos de minorias, serão tratados temas como casamento civil de pessoas do mesmo sexo, adoção de criança por essas pessoas, aprovação do direito de homossexuais de se candidatarem a um cargo e adoção de cotas raciais.

No assunto igualdade de papéis entre homens e mulheres, serão abordados os seguintes temas: homens são melhores líderes políticos do que mulheres e quem é mais corrupto como político: homens ou mulheres?

Em relação ao assunto apoio à democracia, será abordada a questão: A democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo e se em certas circunstâncias um golpe militar é justificado (quando há muito crime, diante de muita corrupção e quando o país se encontra em uma situação de instabilidade política) e também medição sobre satisfação com a democracia.

Por último, em relação a questões morais, serão abordados assuntos como: redução da maioria penal, pena de morte, descriminalização do uso de drogas, proibição de venda de armas de fogo, legalização do aborto, a possibilidade de a mãe realizar o aborto quando a sua saúde está em perigo, prisão de mulheres que interrompam a gravidez, permissão para as escolas públicas ensinarem as crianças a rezar e a acreditar em Deus e a militarização das escolas públicas.

Foram selecionados para esse estudo assuntos de compaixão (como desigualdade econômica, direitos de homossexuais e outros) e questões morais (descriminalização do uso de drogas, aborto e outros assuntos similares) para testar a hipótese

de que elas apresentarão atitudes mais progressistas do que eles em relação aos assuntos de compaixão e atitudes mais conservadoras em relação a questões morais.

2.1. DESCRIÇÃO DOS DADOS DA BASE ESEB 2022

O ESEB é um *survey* pós-eleitoral com amostra nacional realizado no Brasil desde a eleição presidencial de 2002. Em 2022, a pesquisa foi realizada entre 19 de novembro a 04 de dezembro, com entrevistadas face a face com 2.001 pessoas de 16 anos ou mais. As margens de erro são de $\pm 2\%$, para um nível de confiança de 95%.

2.1.1. Variáveis dependentes

Temas Sociais: A pesquisa incluiu uma série de perguntas com o objetivo de obter a opinião dos entrevistados sobre tópicos em debate na sociedade brasileira. Esses temas abordaram diversas questões, como programas de transferência de renda, direitos das minorias, questões morais e até mesmo assuntos relacionados à punição de crimes. As respostas para essas perguntas eram de natureza binária, ou seja, a favor ou contra. Atribuímos o valor de 1 para as respostas a favor e 0 para a demais. A tabela abaixo apresenta as proporções de posições favoráveis dessas variáveis.

Tabela 2: *Proporção de pessoas que apresentaram posições a favor sobre os seguintes temas debatidos na sociedade brasileira*

Bolsa Família	82,2%
Auxílio emergencial	80,3%
Casamento entre pessoas do mesmo sexo	51,2%
Adoção de crianças por casais homoafetivos	57,3%
Cotas raciais	41,6%
Descriminalização das drogas	16,5%
Proibição do porte de armas	40,1%
Legalização do aborto	15,6%
Redução da maioria penal	71,7%
Pena de morte	40,8%

Prisão de mulheres que abortam	27,7%
Ensino religioso nas escolas públicas	76,8%
Privatizações no setor público	35,1%
Militarização das escolas públicas	52,9%

Fonte: ESEB 2022

Apoio à democracia. Foram selecionadas duas perguntas do questionário. A primeira indagou o nível de concordância em uma escala de 1 (discorda muito) a 5 (concorda muito) com a seguinte afirmação: “a democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo” (M = 4,07, DP = 1,26). A segunda questão avaliou, também numa escala de 1 (muito insatisfeito) a 5 (muito satisfeito), o grau de satisfação com a democracia no país (M = 2,39, DP = 1,24).

Golpe militar. Perguntou-se aos(às) entrevistado(a)s se a tomada de poder pelos militares através de um golpe de Estado seria justificada, considerando as seguintes circunstâncias: quando há muito crime, diante de muita corrupção e uma situação de instabilidade política. As respostas positivas a essas três perguntas foram, respectivamente, 40,5%, 51,6% e 39,5%. Optamos também por construir um índice somando as respostas às três perguntas (M = 1,31, DP = 1,25, Min = 0, Max = 3 e alfa de Cronbach = 0,783). Assim, valores mais baixos indicam pouca propensão ao apoio a um golpe militar, independentemente das circunstâncias, enquanto valores mais altos refletem uma maior inclinação a favor de um golpe militar.

2.1.2. Variáveis independentes

Identidade de gênero feminina. Bittner e Goodyear-Grant (2017) defendem, com bons fundamentos, que se deve distinguir entre sexo e gênero em estudos de opinião pública. Conscientes dessa distinção, incorporamos em nossa análise uma pergunta do questionário que explora a percepção dos entrevistados em relação à representatividade feminina. Usando uma escala de 1 (concordo muito) a 5 (discordo muito), os entrevistados responderam se concordavam com a afirmação de que “as ações para aumentar a representação das mulheres na política foram longe demais” (M = 2,77 e DP = 1,67). Como nosso interesse era trabalhar com a ideia de identidade de gênero, optamos por utilizar a variável cujos valores mais altos indicassem maior

identidade de gênero feminina do(a) entrevistado(a). Embora essa pergunta não seja uma medida perfeita, acreditamos que ela nos auxilia na adoção de uma abordagem mais alinhada com a complexa realidade que buscamos compreender.¹⁹

Status de emprego. Foi atribuído o valor de 1 para quem afirmou estar trabalhando, com ou sem remuneração (servidor ou empregado público, empregado, autônomo, profissional liberal, empresário, ajuda alguém da família em seu trabalho/negócio com ou sem remuneração, aprendiz/estagiário com ou sem remuneração), que corresponde a 65,7% dos entrevistados. E foi atribuído o valor de zero para os que ofereceram outras respostas, como desempregado, estudante, aposentado, dona de casa e pensionista, que somam 34,3%.

Preferência partidária. Cerca de 15,21% dos entrevistados disseram se sentir próximos do Partido dos Trabalhadores (PT), e 7,6% disseram se sentir próximos do Partido Liberal (PL).

Ideologia. Pediu-se aos entrevistados(as) que se posicionassem em uma escala de 0 (esquerda) a 10 (direita). Com base nas respostas, os participantes foram classificados da seguinte forma: aqueles que indicaram uma posição entre 0 e 3 (21,9%) foram categorizados como “esquerda”, entre 4 e 6 (16,7%) como “centro”, entre 7 e 10 (46%) como “direita” e 15,3% deram outras respostas (não sabe, não respondeu etc.).

Avaliação de governo. O(A)s entrevistados(as) foram questionados a respeito de como avaliavam o desempenho do presidente Jair Bolsonaro, utilizando uma escala de 1 (péssimo) a 5 (ótimo). A média da avaliação foi de 2,84, com um desvio-padrão de 1,52.

Sociodemográficas. Consideraram-se diversas variáveis sociodemográficas, incluindo sexo, com uma distribuição de 47,3% de homens e 52,7% de mulheres; idade, abrangendo categorias de 18 a 25 anos (18,9%), 26 a 35 (20,1%), 36 a 45 (20,3%), 46 a 55 (16,2%), 56 a 65 (15,6%), e 66 anos ou mais (8,8%); escolaridade,

¹⁹ O questionário do ESEB trouxe outras duas perguntas que se aproximam dessa abordagem de identidade de gênero. Em uma escala de 1 (sempre líderes homens) a 5 (sempre líderes mulheres), os entrevistados responderam quem consideram “mais adequado(a) para conduzir o país durante uma crise de saúde pública” (M = 3,14 e DP = 0,74) e durante uma “crise econômica” (M = 2,93 e DP = 0,83). Embora tenhamos testado esses indicadores em nossos modelos, eles não apresentaram vantagens analíticas substanciais. Para evitar redundância e simplificar nossa análise, optamos por utilizar apenas a pergunta sobre representação de gênero.

com 38% tendo concluído até o ensino fundamental, 40% o ensino médio e 22% o ensino superior; religião, 50,4% se declararam católicos e 30,2% como protestantes ou evangélicos (pentecostais ou não); cor, com 10% se declarando preto(a)s, 45% pardo(a)s e 43% branco(a)s; renda familiar mensal, englobando categorias de até R\$ 1.212 (18,7%), de R\$ 1.213 a R\$ 2.424 (18,2%), de R\$ 2.424 a R\$ 6.060 (41,5%), de R\$ 6.060 a R\$ 12.120 (16,8%) e acima de R\$ 12.121 (4,7%); e uma variável representando as cinco regiões do país.

2.2. DESCRIÇÃO DOS DADOS DA BASE LAPOP 2019

O LAPOP realizou a pesquisa de *survey* 2018/2019 em 20 países das Américas, incluindo o Brasil. O trabalho de campo da pesquisa no Brasil começou em 2018 e finalizou em 2019. Foram entrevistadas face a face 1.498 pessoas de 16 anos ou mais com margem de erro de $\pm 2.5\%$. Na rodada de 2018/2019 do LAPOP, algumas perguntas foram feitas apenas no questionário A, e outras apenas no questionário B. Essas especificidades estão assinaladas na descrição das variáveis.

2.2.1. Variáveis dependentes

Políticas De Bem-Estar Social. Exploramos a perspectiva dos entrevistados em relação a questões cruciais de bem-estar social. Os participantes foram convidados a expressar seu nível de concordância com quatro afirmações, utilizando uma escala que variava de 1 (discordo fortemente) a 7 (concordo fortemente). As afirmações abordaram os seguintes tópicos: “Estado brasileiro deve implementar políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres” (M = 5,44, DP = 1,92); “o governo deve gastar mais na ajuda aos pobres” (M = 5,73, DP = 1,77); “é correto que os ricos paguem muito em impostos mas recebam pouco em serviços do Estado” (M = 3,89, DP = 2,08); e “a maioria dos desempregados poderia encontrar um trabalho se quisessem” (M = 4,22, DP = 2,25). Adicionalmente, foi criado um índice com base nas respostas às quatro afirmações, denominado “Índice de Bem-Estar Social” (M = 19,14, DP = 4,92, Min = 0, Max = 28 e alfa de Cronbach = 0,402).

Direitos de minorias. Foram selecionadas duas perguntas sobre a aprovação dos entrevistados em relação aos direitos dos homossexuais, a partir de uma escala de 1 (desaprova fortemente) a 10 (aprova fortemente). A primeira pergunta foi se os entrevistados aprovam ou desaprovam que homossexuais possam candidatar-se para cargos públicos (M = 6,97, DP = 3,23). A segunda pergunta foi se os entrevistados aprovam ou desaprovam que homossexuais tenham o direito de se casar (M = 5,8, DP = 3,78).

Aborto. Perguntou-se ao(à)s entrevistados(a)s se o aborto seria justificável quando a saúde da mãe está em perigo: 72,4% responderam que seria sim e 27,6% responderam que não.

Apoio à democracia. Examinamos o apoio à democracia por meio de quatro questões distintas. Para responder à primeira delas, os entrevistados utilizaram uma escala de avaliação que variou de 1 (discordo fortemente) a 7 (concordo fortemente). Ela tinha como objetivo averiguar a concordância dos entrevistados com a afirmação: "A democracia é superior a qualquer outra forma de governo" (M = 4,84, DP = 1,79). As duas perguntas subsequentes foram dirigidas a diferentes metades da amostra. No Questionário A, investigou-se se haveria justificativa para uma tomada de poder por parte dos militares através de um golpe de Estado "quando a criminalidade é significativa" (N = 710): 36,9% afirmaram que sim, enquanto 63,1% responderam que não. No Questionário B, a condição para o golpe era "em meio a uma grande corrupção" (N = 682). Neste cenário, 35,3% concordaram com a possibilidade de um golpe, enquanto 64,7% se opuseram a essa ideia. Numa escala de 1 (muito insatisfeito) a 4 (muito satisfeito), a última questão visou avaliar o nível de satisfação dos entrevistados com o funcionamento da democracia no Brasil (M = 2,36, DP = 0,79).

2.2.2. Variáveis independentes

Identidade de gênero feminina. Incorporamos duas perguntas do questionário que exploraram a percepção dos entrevistados em relação à liderança e à corrupção política no contexto de homens e mulheres. Os participantes responderam a essas perguntas utilizando uma escala de 1 (discordo muito) a 4 (concordo muito). A primeira pergunta indagava se os entrevistados concordavam com a afirmação de que "os

homens são melhores líderes políticos do que as mulheres” (M = 1,92, DP = 0,82). A segunda pergunta quis saber se, para o(a)s entrevistado(a)s, “quando a mãe trabalha fora de casa, os filhos sofrem” (M = 2,62, DP = 0,98). Nós trabalhamos com os valores dessa variável na escala invertida, uma vez que o nosso interesse era na adesão a uma identidade de gênero feminina. Inicialmente, planejávamos criar um índice com base nesses dois indicadores. No entanto, a correlação entre eles revelou-se tão baixa (coeficiente de correlação de Pearson = 0,117) que essa opção foi descartada. Além disso, em análises preliminares, observamos que a pergunta “quando a mãe trabalha fora de casa, os filhos sofrem” não apresentou resultados relevantes. Por conta disso, optamos por utilizar apenas o primeiro indicador de forma independente e em interação com a variável mulher.

Status de emprego. Ao(à)s entrevistado(a)s, foi atribuído o valor 1 se afirmaram estar atualmente empregado(a)s, o que correspondeu a 31,9% da amostra, e 0 para outras respostas, abrangendo aqueles que não estavam trabalhando, estavam em busca de emprego, eram estudantes, dedicavam-se a afazeres domésticos, eram aposentados ou estavam incapacitados para o trabalho, totalizando 68,04%.

Ideologia. Pediu-se aos entrevistados(as) que se posicionassem em uma escala de 1 (esquerda) a 10 (direita). Com base nas respostas, os participantes foram classificados da seguinte forma: aqueles que indicaram uma posição entre 1 e 4 (30,1%) foram categorizados como “esquerda”, entre 5 e 6 (28,3%) como “centro” e entre 7 e 10 (41,6%) como “direita”.

Avaliação de governo. O(A)s entrevistados(as) foram questionados a respeito de como avaliavam o desempenho do presidente Jair Bolsonaro, utilizando uma escala de 1 (muito ruim) a 5 (muito bom). A média da avaliação foi de 3,46, com um desvio-padrão de 1.

Nº de crianças abaixo 13 anos vivendo na casa. Este indicador é crucial para a análise de eventuais variações nas opiniões das mulheres com filhos em relação às demais. Recebeu-se o valor 1 se o(a)s entrevistados(as) afirmaram que uma ou mais crianças com menos de 13 anos residiam na casa (52,7%), e 0 para aquele(a)s que disseram que nenhuma criança vivia na residência (47,3%).

Sociodemográficas. Consideraram-se diversas variáveis sociodemográficas, incluindo sexo, com uma distribuição de 49,9% de homens e 50,1% de mulheres;

idade, abrangendo categorias de 18 a 25 anos (23,9%), 26 a 35 (23%), 36 a 45 (21,7%), 46 a 55 (12,3%), 56 a 65 (11,8%), e 66 anos ou mais (7,3%); escolaridade, com 36,6% tendo concluído até o ensino fundamental, 48,6% o ensino médio e 11,7% o ensino superior; religião, 50,1% se declararam católicos e 29,8% como protestantes ou evangélicos (pentecostais ou não); renda familiar mensal, englobando categorias de até R\$ 1000 (32%), de R\$ 1001 a R\$ 2000 (33,5%), de R\$ 2001 a R\$ 3700 (12,9%), e acima de R\$ 3701 (18,3%); e uma variável representando as cinco regiões do país.

CAPÍTULO 3. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, serão apresentados os resultados das análises estatísticas dos bancos de dados selecionados. Em primeiro lugar, serão apresentados os resultados do ESEB e posteriormente do LAPOP.

3.1. RESULTADOS – ESEB 2022

3.1.1 Temas sociais

As primeiras análises realizadas estão relacionadas à questão dos temas sociais. Foram estimados 14 modelos logísticos binários, incluindo as variáveis descritas no capítulo anterior. Como nosso objetivo é discutir especificamente as diferenças de opinião entre homens e mulheres, nos limitamos a apresentar apenas essas informações nas análises a seguir. Os modelos completos, com todas as estimativas, podem ser encontrados nos apêndices da dissertação.

A Figura 1 apresenta os resultados dos modelos por meio dos betas estimados. Como as variáveis foram configuradas de modo que o valor de 1 indicar ser a favor a uma posição, e zero outras respostas, coeficientes positivos e que não cruzam a linha pontilhada do valor zero apontam que ser mulher aumenta a probabilidade de apoio à política em questão. Valores à esquerda, por outro lado, indicam que ser mulher diminui a probabilidade de apoio. Para facilitar interpretação, também ordenamos os resultados em ordem decrescente.

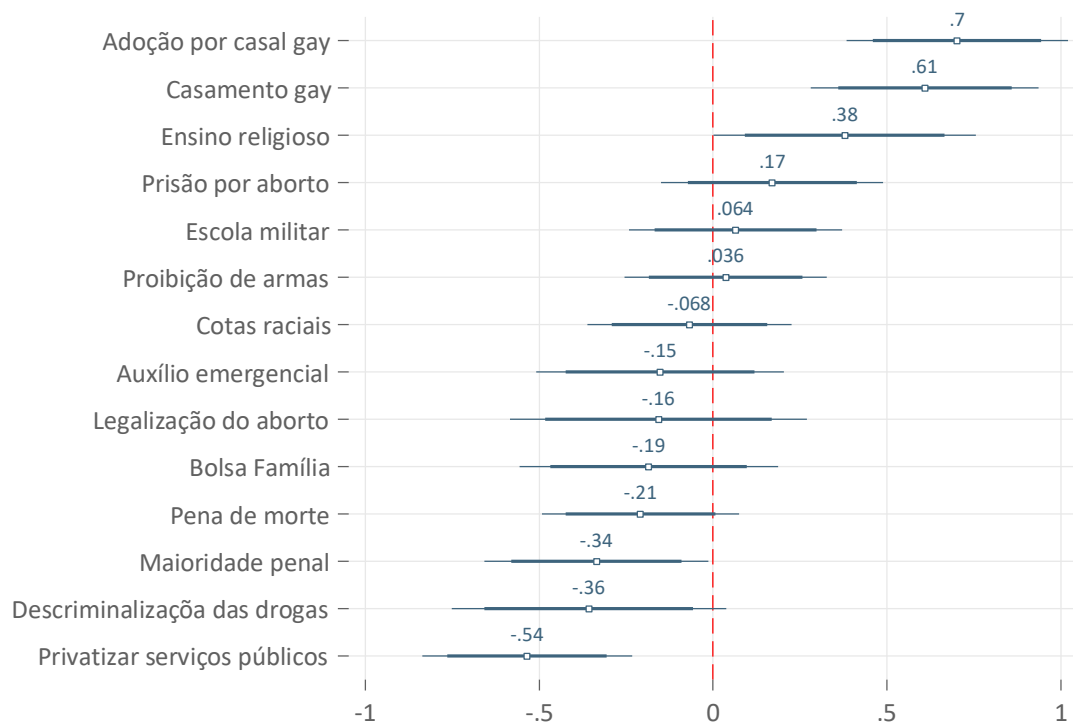


Figura 1: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais. Os resultados são provenientes dos modelos Logit na tabela 3 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

Um aspecto que se destaca nos resultados dos modelos é que, na maioria das políticas ou temas sociais analisados, homens e mulheres não se diferem estatisticamente em suas opiniões. Em outras palavras, ser homem ou mulher geralmente não faz diferença ao expressar apoio ou rejeição a uma determinada questão ou política. No entanto, quando há diferença, os resultados demonstram posicionamentos contraditórios. Em algumas situações o posicionamento das mulheres parece ser mais progressista do que o dos homens, como por exemplo em relação a adoção de crianças por um casal gay e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em outros, contudo, ele é mais conservador, como é o caso do ensino religioso em escolas públicas.

O tema dos direitos de minorias, abordando questões como o casamento gay e a adoção por casais homossexuais, revelou acentuadas discrepâncias de gênero. Esta disparidade sugere que as mulheres tendem a adotar posturas mais progressistas em relação a assuntos de compaixão em comparação com os homens. Esta constatação não é surpreendente, pois, por serem um grupo minoritário, as mulheres podem se tornar naturalmente defensoras proeminentes dos direitos das minorias. A

experiência de tratamento desigual muitas vezes promove um forte apoio à igualdade de tratamento para outros grupos historicamente marginalizados (CONOVER, 1988).

Por outro lado, as mulheres demonstraram maior propensão a apoiar o ensino de rezas e crenças em Deus nas escolas públicas, um dado que, apesar de contraditório em relação ao tema de direitos de minorias, sustenta nossa expectativa de que elas sejam mais conservadoras em questões morais. Isso também sugere uma maior afinidade religiosa entre as mulheres em comparação com os homens. Estudos conduzidos na América Latina revelaram que as mulheres são geralmente mais religiosas que os homens. (DESPOSATO; NORRANDER, 2009)

A oposição das mulheres à descriminalização do uso de drogas também sustenta a expectativa de que elas adotem atitudes mais conservadoras em questões morais. Pesquisas nos Estados Unidos indicam que as mulheres desaprovam comportamentos que violam as normas morais convencionais, como sexo casual, uso de drogas e legalização da maconha. Essas atitudes moralmente tradicionais podem ser interpretadas como uma maneira de proteger a integridade da família e o bem-estar das crianças. (EAGLY et al., 2004)

Por fim, quanto à redução da maioria penal, as mulheres se mostraram desfavoráveis, indicando uma possível maior atenção a outras formas de alcançar o controle social e combater a criminalidade e a violência. Elas também são menos favoráveis às privatizações no setor público em comparação com os homens. Este resultado pode indicar uma menor insatisfação das mulheres com a prestação de serviços públicos, especialmente porque as mulheres economicamente vulneráveis são as principais usuárias desses serviços, como escolas e creches públicas. Como principais cuidadoras dos filhos, as mulheres dependem mais desses serviços.

3.1.2. Democracia e golpe militar

A segunda fase das análises concentrou-se na disparidade entre homens e mulheres em relação a variáveis que poderiam indicar maior adesão ao regime democrático. Ao contrário das análises sobre temas sociais, os modelos agora empregam regressão linear por mínimos quadrados. Na interpretação dos dados, uma diferença crucial é que, como estamos lidando com modelos lineares, os coeficientes não

devem ser analisados em termos de probabilidades de aumento ou diminuição nas chances de mulheres aderirem a determinados posicionamentos em comparação com os homens. Portanto, se os coeficientes estimados atingirem significância estatística, o beta estimado indica que o fato de ser mulher aumenta ou diminui a pontuação no respectivo índice ou variável incluída na regressão.

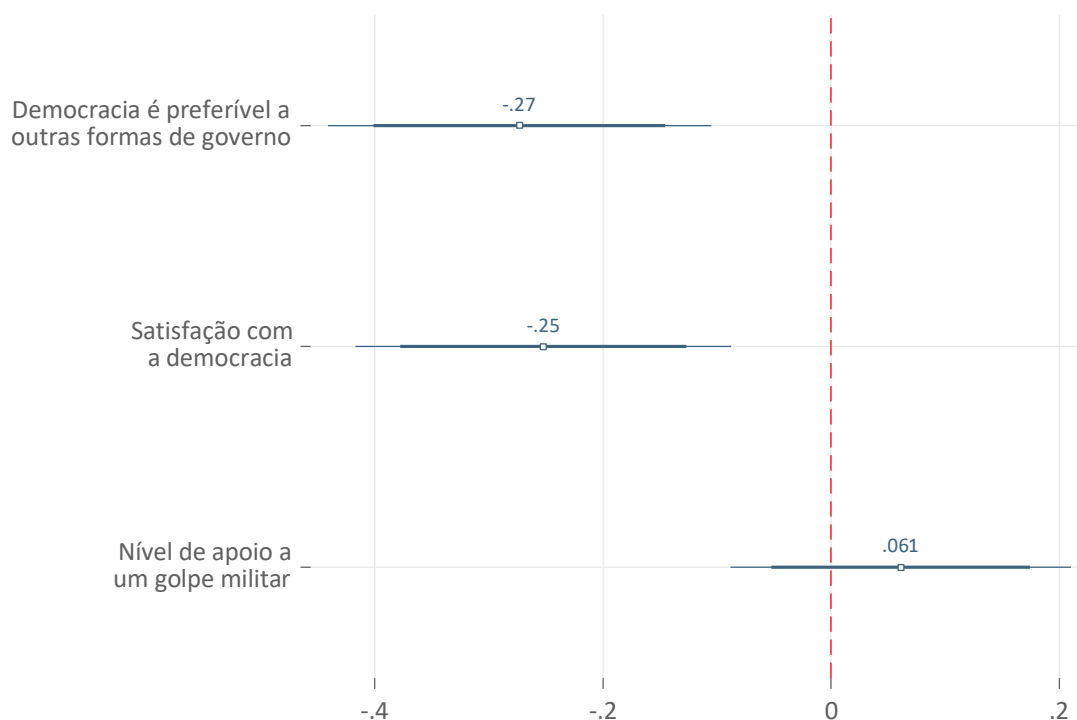


Figura 2: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar. Os resultados são provenientes dos modelos OLS na tabela 4 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

As mulheres demonstraram estar mais insatisfeitas com a democracia no país, além de concordarem menos do que os homens com a afirmativa de que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo. Esse resultado nos surpreendeu, pois esperava-se que elas apresentassem maior adesão à democracia do que os homens.

Talvez seja o caso de se analisar a ideia de democracia para além dos seus aspectos procedimentais (regras e processos, como a realização de eleições²⁰ etc.), e mais pelo seu aspecto material, identificado pela observância de valores e princípios, tais como a soberania popular, a garantia dos direitos fundamentais, o pluralismo político e a organização política democrática” (AIETA citada por (ALVIM, FREDERICO FRANCO, 2019) p. 16). Principalmente, em relação a garantia de direitos fundamentais, civis, políticos e sociais, já que as políticas públicas no país não atendem de forma satisfatória as principais usuárias dos serviços públicos.

O Estado falha em traduzir preferências populares em políticas públicas, o que tem levado ao surgimento e apoio de líderes autoritários, que não respeitam direitos individuais. Isso tem enfraquecido o regime democrático, conforme a visão de alguns autores (MOUNK, YASCHA, 2019). Assim, apesar de elas serem menos favoráveis do que homens às privatizações dos serviços públicos, não significa dizer que elas estão totalmente satisfeitas com a pouca implementação de políticas públicas pelo Estado.

3.1.3. Sexo e identidade de gênero feminina

Nossas análises também consideraram a identidade de gênero feminina como um possível fator explicativo para o comportamento distinto entre homens e mulheres. Diante disso, estimamos todos os modelos anteriormente discutidos incorporando um termo interativo entre essas duas dimensões. Para evitar problemas de colinearidade, a variável identidade de gênero foi centralizada na construção do termo interativo. Os resultados podem ser vistos na Figura 3.

²⁰ Em estudo realizado com a base de dados European Social Survey (ESS) do ano de 2012, (HANSEN; GOENAGA, 2021) descobriram que homens e mulheres veem as eleições como o aspecto mais importante da democracia. Também identificaram que as mulheres acreditam que a redução da desigualdade de renda pelo governo é um aspecto fundamental da democracia.

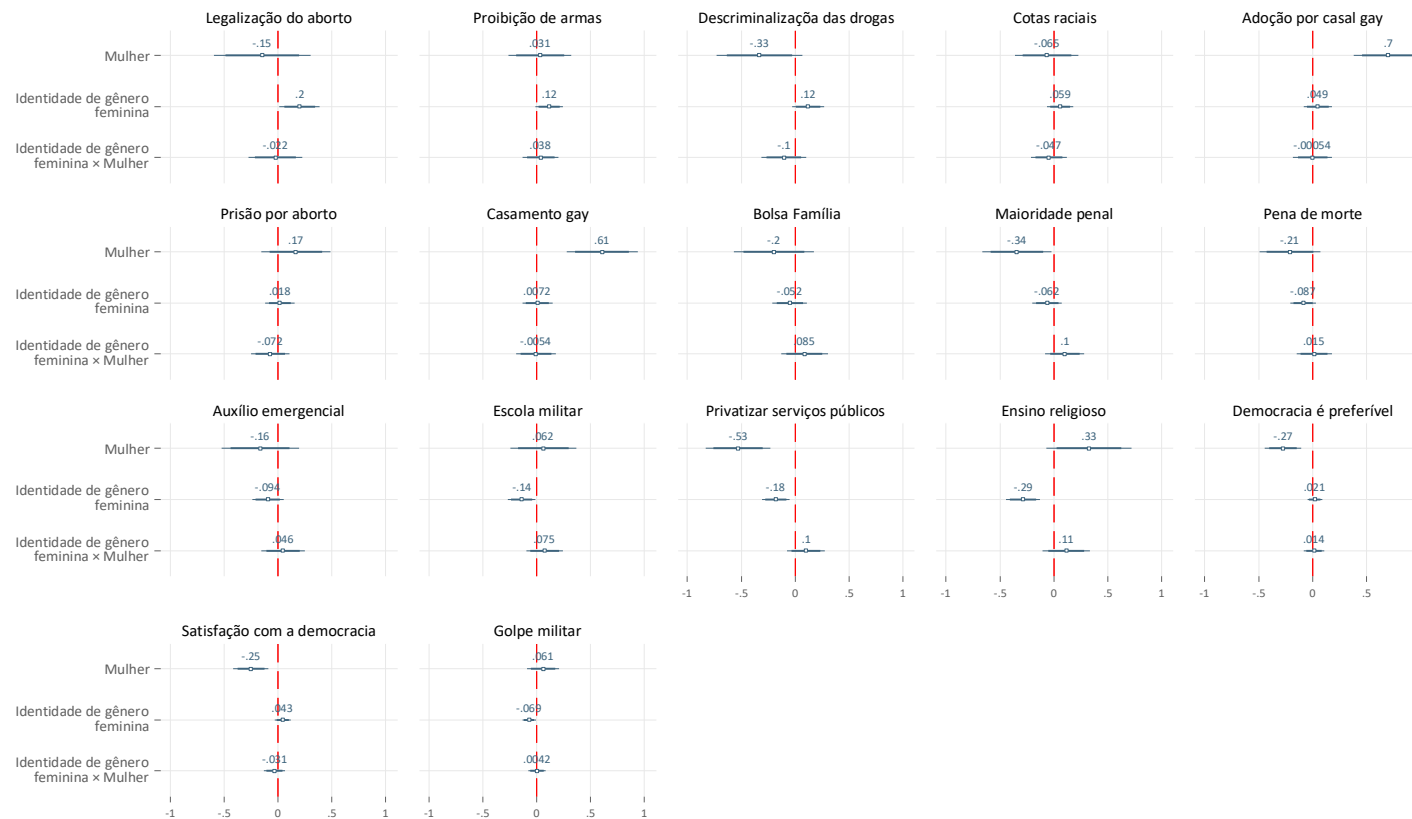


Figura 3: Interação entre sexo e identidade de gênero feminina. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit da tabela 5 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

Inicialmente, esperávamos correlações semelhantes entre sexo e identidade de gênero com as variáveis independentes. Uma segunda expectativa era que a identidade de gênero amplificasse os efeitos da variável mulher quando esta fosse estatisticamente significativa. Contudo, os resultados revelaram que nem a primeira, nem a segunda expectativa se concretizaram. Identidade de gênero e mulher frequentemente apresentaram correlações distintas com as variáveis independentes. Em alguns casos, inclusive, quando a primeira era estatisticamente significativa, a segunda não o era. Além disso, em todos os modelos estimados com a base de dados do ESEB, os termos interativos não alcançaram significância estatística.

Uma possível explicação para esses resultados, especialmente em relação aos termos interativos, é que o indicador de identidade de gênero do ESEB pode não ser ideal, comparado a estudos que abordam essas duas dimensões²¹ Conforme mostraram (BITTNER; GOODYEAR-GRANT, 2017), há uma diferença entre os termos sexo (refere-se a diferenças biológicas entre homens e mulheres) e gênero (papéis e comportamentos típicos ou desejáveis de cada sexo: culturalmente e socialmente determinado), além de o gênero ser considerado um continuum e não uma dicotomia (masculino/feminino), sendo que homens e mulheres podem se localizar em algum ponto desse continuum. Assim, homens e mulheres podem ter mais ou menos identidade de gênero feminina ou masculina.

Ou seja, o que pode explicar a não significância desse termo interativo é que a identidade de gênero, quando presente, pode nivelar as diferenças entre homens e mulheres. Em outras palavras, homens e mulheres que têm maior discordância com a afirmação “as políticas de inclusão das mulheres na política foram longe demais” não teriam opiniões substancialmente diferentes entre si.

3.1.4. Efeitos condicionais

Da mesma forma que Howell e Day (2000) conduziram suas análises, implementamos uma investigação sobre os potenciais efeitos condicionais de determinados indicadores em relação do sexo dos entrevistados. Nos modelos discutidos na Figura

²¹ Infelizmente esse problema não pode ser resolvido neste trabalho.

4, introduzimos termos interativos, explorando o impacto dessas relações. Em grande parte dos modelos, os termos interativos não alcançaram significância estatística. Em outras palavras, essas interações tiveram pouca influência nas opiniões que as mulheres expressaram sobre as questões analisadas no trabalho, ao menos com os dados do ESEB.

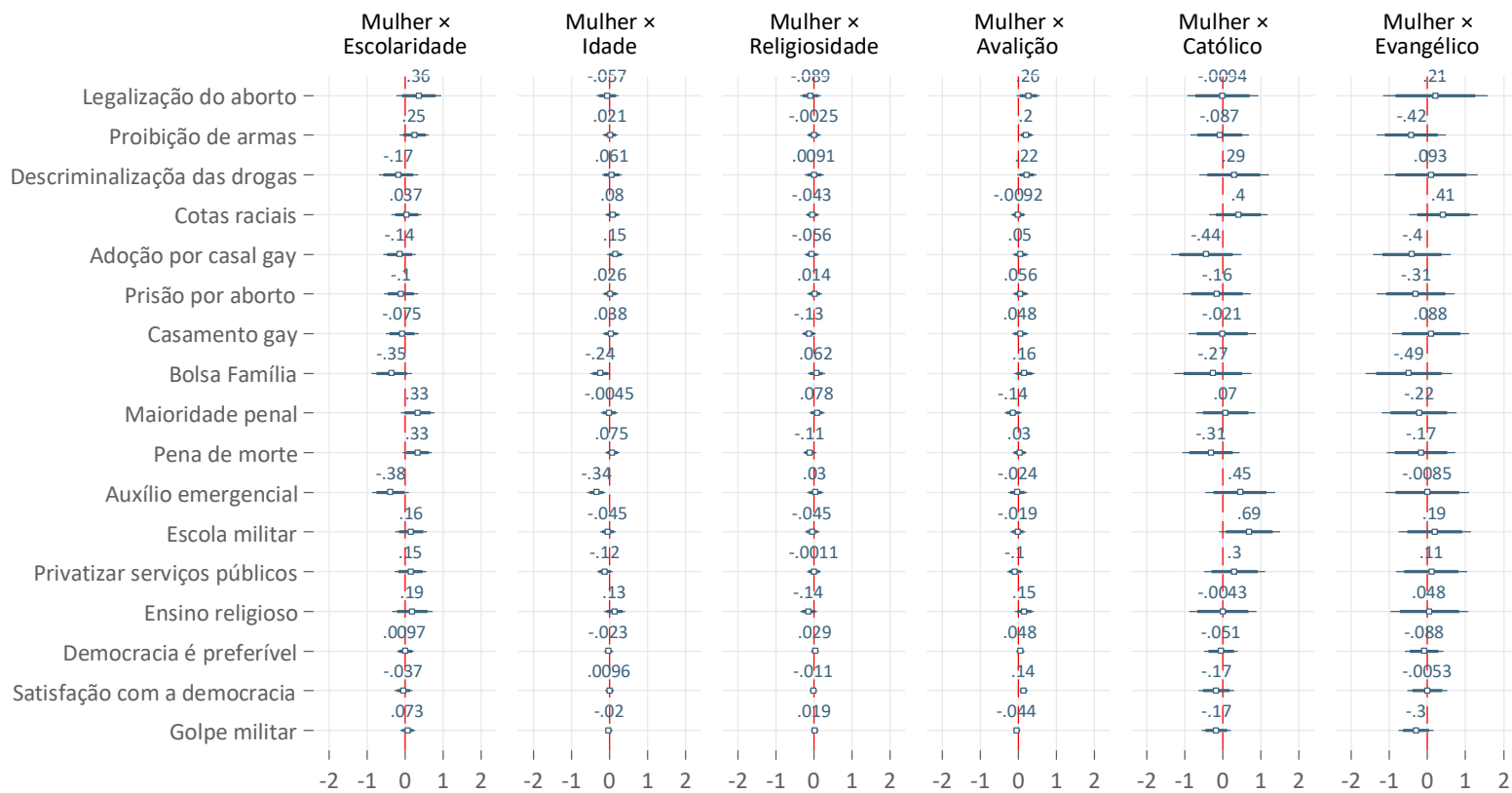


Figura 4: Interação entre sexo e variáveis independentes. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit da tabela 6 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

Apenas as interações entre mulheres e avaliação do governo destacaram-se, especialmente em relação a três questões específicas: a legalização do aborto, a proibição do porte de armas e a descriminalização das drogas. Isso é interessante porque são justamente temas caros ao discurso e a carreira política do ex-presidente Bolsonaro. Sem os termos interativos, o fato de a entrevistada ser mulher não impactou significativamente suas opiniões sobre essas três questões, ao contrário da avaliação de governo que, isoladamente, apresentou uma correlação negativa e estatisticamente significativa com as variáveis dependentes. No entanto, nos termos interativos, essa relação tornou-se aparente, com coeficientes positivos. Isso indica que o sexo do(a) entrevistado(a) impactou positivamente os efeitos da avaliação do governo nessas três questões,

Os resultados da Figura 5 ilustram de forma mais clara as dinâmicas dessas interações entre o sexo do entrevistado e a avaliação do governo.

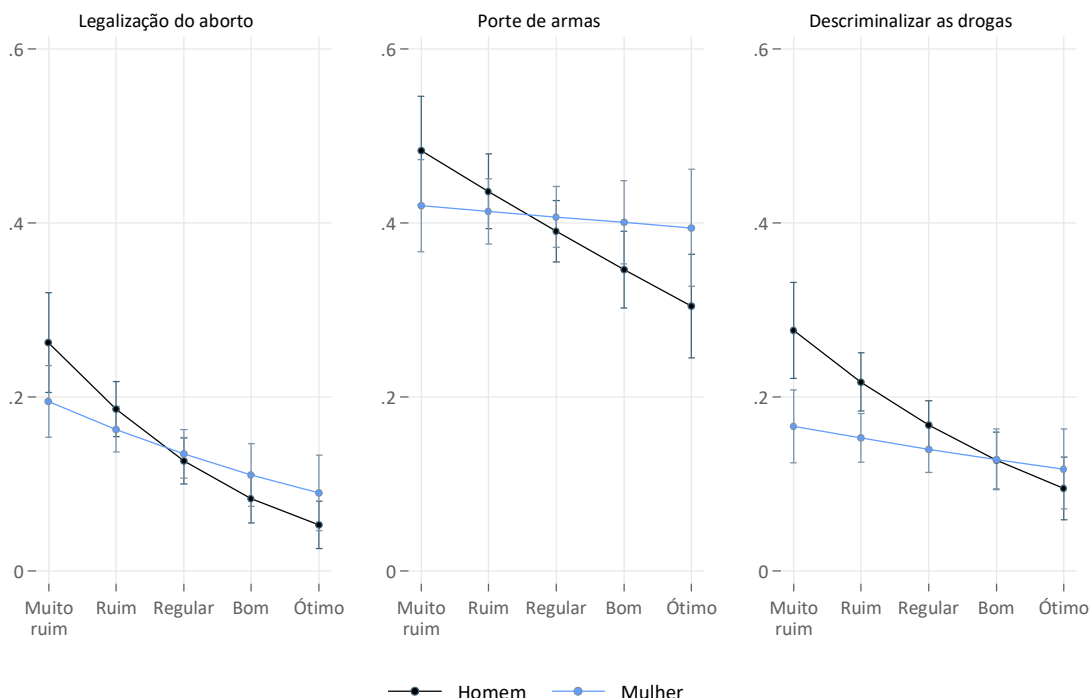


Figura 5: Interação entre sexo e avaliação de governo. Os resultados são provenientes dos modelos Logit da tabela 6 do anexo da dissertação. As linhas representam intervalos de confiança de 95%.

Os gráficos das interações sugerem que a avaliação do governo não ampliou o hiato de gênero entre homens e mulheres. Ao mesmo tempo, as inclinações das curvas indicam que os efeitos da avaliação do governo tenderam a ser mais pronunciados entre os homens do que entre as mulheres. Este é particularmente o caso na discussão sobre a proibição do porte de armas. Não se observa diferença estatisticamente significativa entre mulheres que avaliam o governo como muito ruim e aquelas que o consideram ótimo. No entanto, entre os homens, essa diferença é notável. Eleitores do sexo masculino que avaliavam o governo como muito ruim tinham quase 50% de chances de apoiar a proibição do porte de armas. Entre os homens que avaliavam o governo como ótimo, esse percentual caía para aproximadamente 30%.

O único modelo em que foi observado um hiato de gênero, embora não muito expressivo, foi entre os eleitores que tinham uma avaliação negativa do governo Bolsonaro e a opinião sobre a descriminalização das drogas. Neste caso específico, os gráficos indicam que mulheres que avaliavam o governo dessa forma realmente tinham uma opinião estatisticamente diferente dos homens. Contudo, à medida que a avaliação do ex-presidente Bolsonaro melhorava, esse hiato de gênero desaparecia. Este resultado sugere que, independentemente das opiniões divergentes entre homens e mulheres sobre esses temas, uma avaliação mais positiva do governo do ex-presidente Bolsonaro eliminava as diferenças de opinião entre os sexos. Ou seja, quaisquer que fossem os motivos subjacentes para avaliar positivamente o governo, isso foi capaz de eliminar qualquer disparidade de comportamento ou opinião entre homens e mulheres, especialmente em relação aos três temas investigados.

3.2. RESULTADOS – LAPOP 2019

Nas análises do LAPOP 2019, buscamos utilizar essencialmente as mesmas variáveis empregadas nas análises do ESEB 2022. Infelizmente, nem sempre foi possível reproduzir a formatação das variáveis. Mesmo assim, acreditamos que as análises subsequentes com os dados do LAPOP nos auxiliam a compreender melhor certas relações já observadas nos dados do ESEB 2022.

3.1.1 Temas sociais

Foram estimados cinco modelos de regressão por mínimos quadrados e um modelo logit para a opinião emitida sobre a aceitabilidade da realização de um aborto quando há risco de saúde para a mãe. Os resultados dos modelos completos podem ser observados no apêndice metodológico deste trabalho, assim como foi feito em relação aos dados do ESEB 2022. Para simplificar a apresentação dos resultados, optamos mais uma vez por apresentá-los em forma de gráficos.

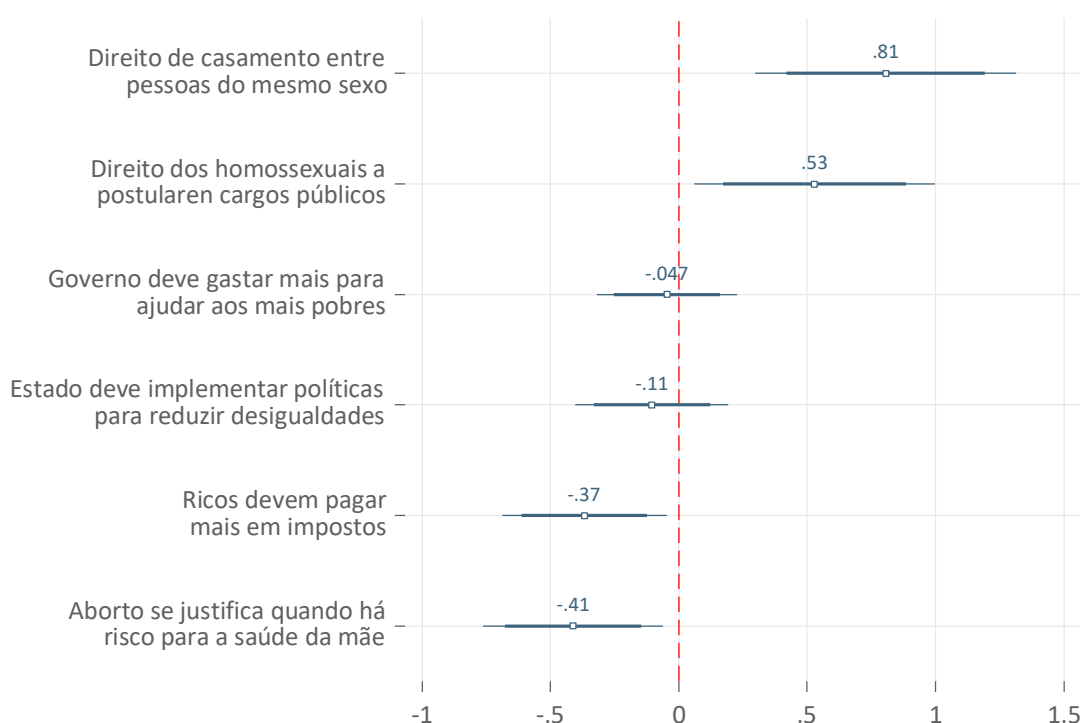


Figura 6: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais. Os resultados são provenientes dos modelos Logit na tabela 7 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%

Assim como na análise dos dados do ESEB 2022, as análises com os dados do LAPOP revelam que, quando se trata de temas relacionados ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e direitos de homossexuais, as mulheres demonstram opiniões distintas em relação aos homens. Especificamente, as mulheres adotam uma postura mais progressista. No entanto, é importante notar que as opiniões femininas também se diferenciam dos homens em uma direção menos progressista. Em particular, as mulheres mostram uma menor propensão a concordar com a possibilidade de

aborto, mesmo em situações de risco para a saúde da mãe. Além disso, apresentam uma pontuação que demonstra que discordam mais quando se trata da possibilidade de os ricos pagarem mais impostos em troca de menos serviços públicos.

Por um lado, esses resultados não parecem ser ambivalentes, ou pelo menos podem ser interpretados dessa forma. Por outro, também indicam a complexidade intrínseca a determinadas questões, especialmente aquelas relacionadas a valores morais, como direitos homoafetivos e aborto. Essa complexidade sugere uma maior nuance nas posições das mulheres em relação a esses temas, mostrando tanto uma maior tolerância em relação a questões das pessoas homoafetivas, quanto uma resistência maior à aceitação da possibilidade de aborto, independentemente dos motivos apresentados.

3.2.2. Democracia e golpe militar

Um dos fatos que nos chamou bastante atenção em relação aos dados do ESEB foi justamente o fato de que as mulheres apresentaram visões mais críticas em relação ao regime democrático e um nível menor de satisfação com a democracia em comparação com os homens. É claro que esse resultado poderia ser explicado por uma questão contextual do período em que a pesquisa foi feita, contudo os dados do LAPOP confirmaram justamente essas impressões obtidas em 2022. Portanto, como mostram os dados da figura abaixo, as mulheres parecem realmente ter opiniões mais críticas em relação à democracia do que os homens pelo menos no caso brasileiro nos últimos anos.

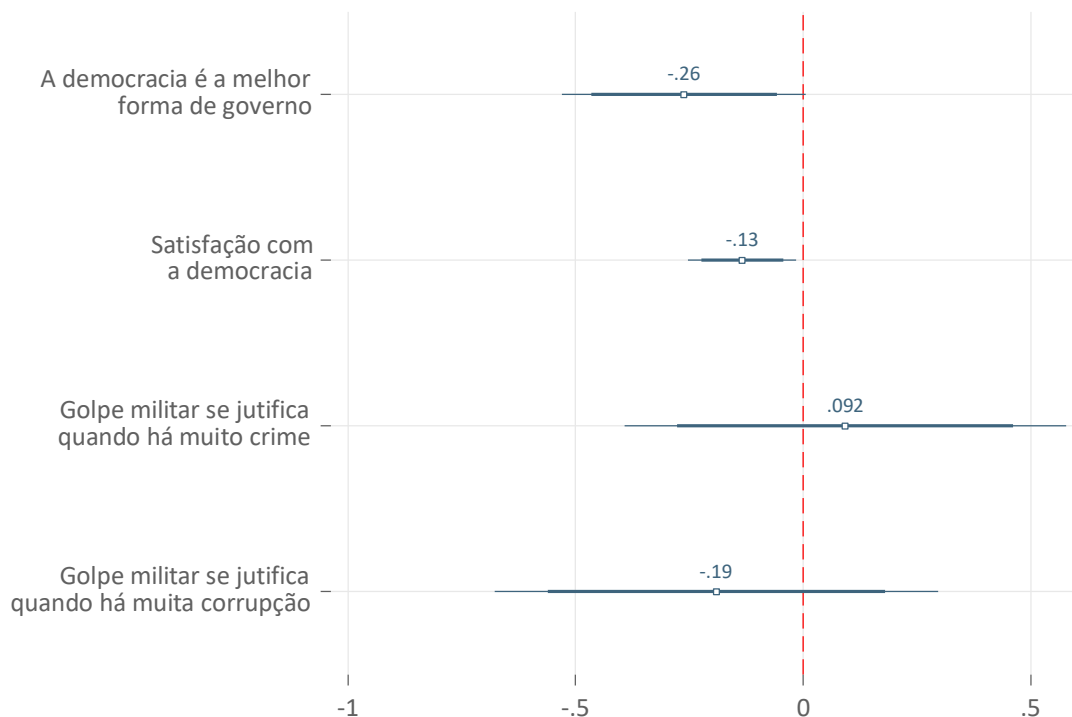


Figura 7: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar. Os resultados são provenientes dos modelos OLS na tabela 8 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

Apesar de esse resultado ter nos surpreendido, pesquisadores já apontaram para o fato de que em países em desenvolvimento as mulheres tendem a demonstrar menor apoio à democracia do que os homens, como é o caso de estudos feitos na África Subsaariana (GARCÍA-PEÑALOSA; KONTE, 2014). Ao contrário disso, um estudo em 29 países da Europa não encontrou diferença de gênero estatisticamente significativa em relação ao apoio à democracia. Segundo o estudo, países com democracias estáveis, em que o sistema institucional realiza funções de inclusão por meio do empoderamento, onde as pessoas sentem que fazem parte da formação de uma vontade e tomada de decisão coletiva, por exemplo, não apresentam essa diferença de gênero quanto ao apoio à democracia. No entanto, no estudo encontraram que elas estão mais insatisfeitas com a democracia do que os homens²². (HANSEN; GOENAGA, 2021)

²² A base de dados da referida pesquisa é o European Social Survey (ESS) do ano de 2012.

Em relação aos países da África Subsaariana, em estudos realizados na região com dados do Afrobarometer do ano de 2008/2009, encontrou-se significativa diferença de gênero em relação ao apoio à democracia, com elas sendo menos apoiadoras do regime político (GARCÍA-PEÑALOSA; KONTE, 2014; KONTE; KLASSEN, 2016).

Os autores García-Peñalosa e Konte (2014) testaram várias causas explicativas para essa diferença de gênero. Testaram características socioeconômicas individuais, tendo encontrado que pessoas mais educadas, mais velhas e que tiveram acesso a notícias de rádio e jornal apoiam mais a democracia do que aqueles que não tiveram acesso à notícia por nenhuma fonte. Além disso, pessoas que tiveram experiências com corrupção são menos favoráveis à democracia do que aqueles que nunca tiveram experiência deste tipo. Segundo os autores, embora educação e acesso à mídia diminuam a magnitude do coeficiente de gênero, não explicam completamente a diferença de gênero em relação ao apoio à democracia.

Ao realizar o teste em relação ao contexto econômico e institucional, encontraram que em países da África Subsaariana (como África do Sul e Cabo Verde) com maiores índices de desenvolvimento humano e com maior qualidade de suas instituições políticas, onde há garantia de direitos políticos, não há diferença significativa de gênero.

Levando em consideração esse resultado, os autores Konte e Klassen (2016) descobriram que a discriminação de gênero dentro das instituições sociais na África Subsaariana (normas e tradições que se expressam em práticas culturais, leis formais e informais. Medida por código familiar, liberdades civis, integridade física, acesso a diferentes recursos, grau de preferência por homens na sociedade) afeta a atitude da mulher na política. Segundo os autores, as mulheres que vivem em países com leis e normas favoráveis a elas apoiam mais a democracia do que as mulheres que vivem em países cujas leis não as protegem de diferentes tipos de violência, não promove sua liberdade de se mover e acessar o espaço público, onde não conseguem viver com autonomia e direitos garantidos.

Assim, é possível que a insatisfação da mulher com a democracia esteja mais ligada ao seu aspecto material (garantia de direitos) do que com seu aspecto procedimental (realização de eleições e existência de processo eleitoral).

3.2.4. Sexo e identidade de gênero feminina

Com as análises do LAPOP, temos a oportunidade de testar novamente duas questões: se as variáveis identidade de gênero feminina e sexo diferem na relação que possuem com as variáveis dependentes, e se a identidade de gênero feminina poderia potencialmente intensificar quaisquer efeitos observados na diferença de opinião entre homens e mulheres em relação às questões investigadas. Os resultados dessas análises estão disponíveis na figura abaixo.

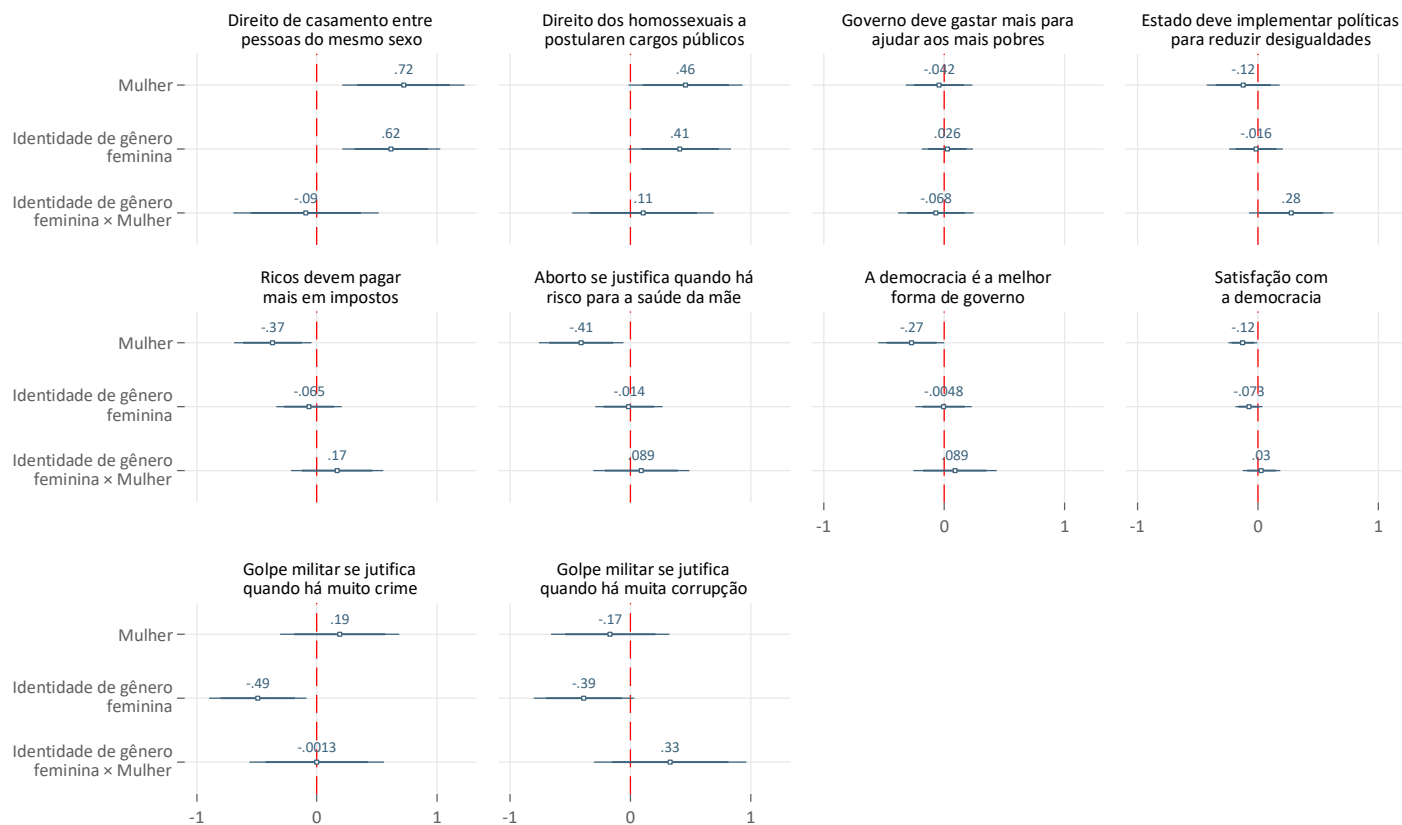


Figura 8: Interação entre sexo e identidade de gênero. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 9 e 10 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

De certa forma, podemos afirmar que uma das expectativas se concretizou. Tanto mulheres quanto pessoas com identidade de gênero feminina mostraram uma maior aceitação do casamento entre pessoas do mesmo sexo e aos direitos dos homossexuais para postular em cargos públicos. Em outros modelos, contudo, observamos que as duas variáveis têm efeitos divergentes. Nesse sentido, podemos concluir que, de maneira geral, a identidade de gênero feminina é uma variável que não aumenta significativamente os efeitos da variável mulher.

3.2.5. Efeitos condicionais

Também conduzimos uma série de análises condicionais com os dados do LAPOP, conforme ilustrado na figura abaixo. No entanto, ao contrário dos resultados obtidos com os dados do ESEB, nenhuma das interações incluídas referentes ao sexo feminino e às variáveis escolaridade, idade, avaliação do governo, catolicismo e evangelismo alcançou significância estatística. Nesse contexto, a conclusão é que, em relação aos efeitos condicionais, nenhuma das variáveis incorporadas na regressão apresenta um impacto estatisticamente significativo nas opiniões expressas pelas mulheres, pelo menos com base nos dados do LAPOP 2019.

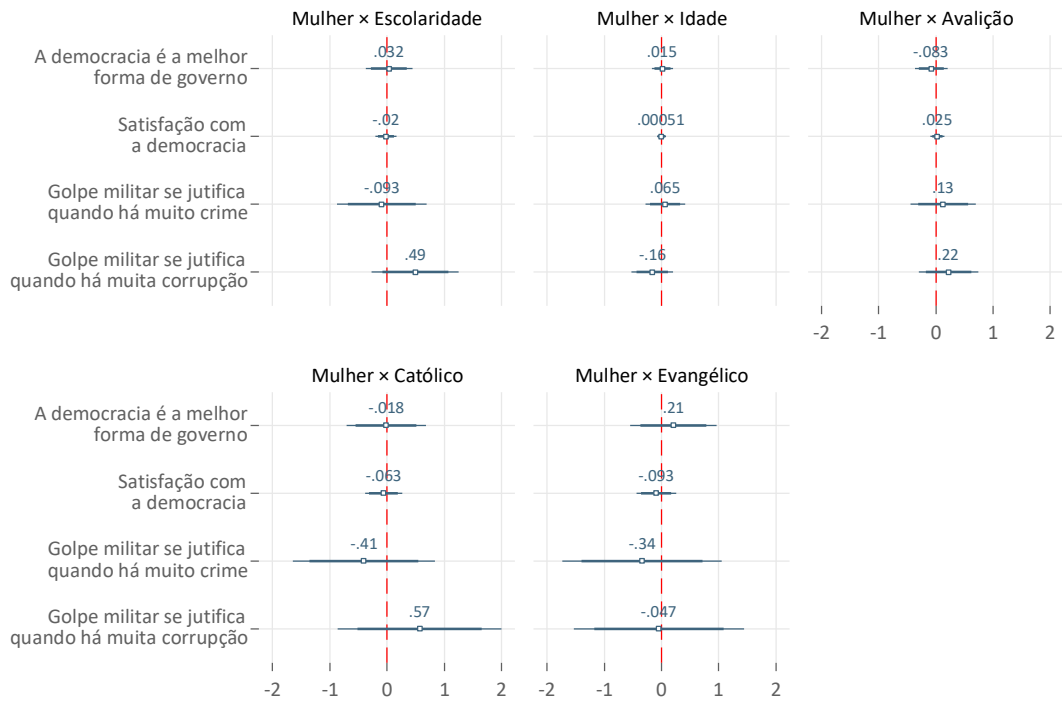


Figura 9: Interação entre sexo e variáveis independentes. Os resultados são provenientes dos modelos OLS e Logit das tabelas 7 e 8 do anexo da dissertação. Linhas mais espessas representam intervalos de confiança de 95%, com linhas mais finas indicando intervalos de confiança de 99%.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu responder a seguinte pergunta de pesquisa: Homens e mulheres têm as mesmas opiniões sobre assuntos públicos no Brasil? O trabalho centrou-se na possibilidade de encontrar diferenças em relação a assuntos de compaixão (como desejo da diminuição da desigualdade econômica e do aumento dos direitos de homossexuais) e tradicionalmente morais (descriminalização do uso de drogas, aborto e outros assuntos similares), com mulheres apresentando atitudes mais progressistas do que os homens em relação aos assuntos de compaixão e apresentando atitudes mais conservadoras em relação a questões morais.

No entanto, essa diferença apareceu apenas em alguns assuntos públicos: apoio das mulheres à adoção de crianças por um casal gay, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e direitos de homossexuais de se candidatarem a cargos públicos, apoio das mulheres para que as escolas públicas ensinem as crianças a rezar e a acreditar em Deus, oposição das mulheres à descriminalização do uso de drogas, oposição à redução da maioria penal, oposição às privatizações dos serviços públicos, oposição a que os ricos paguem muito impostos e recebam pouco em serviços do Estado e oposição ao aborto mesmo em caso de risco de vida da mãe. Além disso, elas são menos tendentes a acreditar que a democracia seja preferível a outras formas de governo e estão mais insatisfeitas com a democracia no país do que os homens.

A expectativa de que as mulheres apresentariam atitudes mais progressistas do que os homens em relação aos assuntos de compaixão foi, em parte, concretizada, como se vê no grande apoio delas em relação aos direitos de minorias. No entanto, assuntos de políticas de bem-estar social, como Bolsa Família e Auxílio Brasil, e a intervenção do governo para a diminuição da desigualdade de renda entre ricos e pobres não apresentaram diferença de gênero. Esse resultado nos surpreendeu, pois esperávamos um maior apoio das mulheres nesse quesito por se tratar de um assunto de compaixão e porque elas, em regra, são as mais dependentes dos auxílios do governo, bem como de seus serviços. Esse resultado vai de encontro a pesquisas feitas nos Estados Unidos que apontaram para a diferença de gênero sobre políticas de bem-estar social (gastos do governo com programas de bem-estar social, como

gastos com escola pública, creches, seguridade social, ajuda aos pobres, desabrigados e desempregados), que são mais apoiadas pelas mulheres. (EAGLY et al., 2004; HOWELL; DAY, 2000; LIZOTTE, 2017, 2020)

Por outro lado, a expectativa de que as mulheres apresentariam atitudes mais conservadoras em relação a questões morais foi realizada, como no caso de oposição das mulheres à descriminalização do uso de drogas, à redução da maioridade penal, ao aborto mesmo em caso de risco de vida da mãe.

Nesse ponto, a pesquisa vai ao encontro dos resultados de pesquisas feitas nos Estados Unidos, onde elas são menos tendentes a apoiar comportamentos que violem normas convencionais morais como sexo casual, uso de drogas, suicídio (EAGLY et al., 2004).

O assunto que apresentou maior saliência na diferença de gênero foi o de direitos de minorias. Segundo (CONOVER, 1988), as mulheres vivenciam tratamentos desiguais por ser parte também de uma minoria e por isso apoiam o tratamento igualitário entre grupos minoritários. De fato, Lizotte (2020) aponta que as mulheres nos Estados Unidos são mais tendentes do que os homens a apoiar a igualdade de papéis entre homens e mulheres, o tratamento justo para negros no mercado de trabalho, a apoiar que homossexuais sirvam abertamente o serviço militar, a adoção de crianças por casais gays e o casamento entre casais do mesmo sexo. A autora aponta ainda que, em relação a essas três áreas, a diferença de gênero em relação a direitos iguais para homossexuais é a mais consistente e robusta.

No Brasil, além de compartilharem a mesma preocupação com direitos de igualdade entre minorias, como ocorre nos Estados Unidos, a atenção delas pode ter se voltado para o tema já que a direção no país nos últimos anos foi conduzida por um líder autoritário que não respeitava liberdades individuais, ofendia abertamente grupos minoritários, como homossexuais, indígenas e até mesmo as mulheres.

Um outro resultado que nos surpreendeu foi concordarem menos do que os homens com a afirmativa de que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo e demonstraram estar mais insatisfeitas com a democracia no país. Resultado este que se apresentou nas duas bases de dados selecionadas.

Conforme já discutido, descobriu-se que em países da África Subsaariana, elas também são menos apoiadoras do regime político. Esse resultado parece mais estar

ligado à garantia de direitos fundamentais, civis, políticos e sociais do que em relação ao aspecto procedimental da democracia (realização de eleições, existência de processo eleitoral). García-Peñalosa e Konte (2014) encontraram na pesquisa que em países da África Subsaariana com maiores índices de desenvolvimento humano e com maior qualidade de suas instituições políticas, onde há garantia de direitos políticos, não há diferença significativa de gênero.

No Brasil, existem leis formais que garantem direitos às mulheres, mas na prática eles não são exercidos de forma plena. As mulheres podem votar e ser votadas, mas não conseguem ser eleitas em um grau de representatividade satisfatório. Elas podem trabalhar, mas em regra não recebem o mesmo que os homens. Em média, são dependentes economicamente dos homens ou dos benefícios sociais e serviços do Estado. Há leis que as protegem da violência, mas são as principais vítimas de agressão física e psicológica, estupro, feminicídio.

Estivemos sensíveis ao fato de que, em pesquisas de opinião pública, normalmente não há a diferenciação entre sexo, diferenciação biológica binária masculino/feminino, e gênero (diferenciação cultural e social, na qual homens e mulheres podem se identificar em qualquer ponto de um continuum entre os dois extremos, podendo apresentar identidade de gênero masculina ou feminina).

De fato, nas pesquisas de opinião pública do LAPOP e do ESEB não havia essa diferenciação. Nos questionários, a orientação era para que o entrevistador marcasse a opção masculino/feminino (ESEB) ou homem/mulher (LAPOP), sem perguntar diretamente ao indivíduo, fato que expõe como pode ter havido vieses do entrevistador ao marcar a resposta. Este pode ter levado em conta o tipo de voz, as roupas e o nome para preencher um dado totalmente pessoal.

Para tentar sanar esse problema, foi criada uma variável de identidade de gênero feminina do entrevistado(a). Foram realizadas interações entre a variável sexo e identidade de gênero feminina na expectativa de se encontrar correlações entre as variáveis sexo e identidade de gênero feminina e os assuntos públicos selecionados, o que não ocorreu. Além disso, a expectativa era que a variável identidade de gênero ampliasse os efeitos da variável mulher quando esta última fosse estaticamente significativa. Contudo, encontrou-se apenas um resultado positivo quanto a esta última expectativa na base de dados do LAPOP em relação a direitos de minorias.

Tal fato parece demonstrar que os indicadores de identidade de gênero utilizados estão longe do ideal, algo que, infelizmente não pode ser solucionado no trabalho. Na pesquisa de opinião em estudo proposto por Bittner e Goodyear-Grant (2017), além de os (as) entrevistados (as) terem a possibilidade de escolherem entre a medida convencional (masculino/feminino), foi apresentado também a opção de que se posicionassem dentro de uma escala, de um continuum, entre os dois extremos. Talvez a melhor maneira de se chegar a uma medida quase ideal da identidade de gênero fosse que essa opção existisse no questionário para que o(a) próprio(a) entrevistado(a) pudesse responder.

Além dessa limitação encontrada, nem todas as perguntas utilizadas nos questionários brasileiros, bem como os anos estudados, são semelhantes às perguntas e aos anos considerados nos estudos norte-americanos, aqui empregados como referência. Então, não podem ser estritamente comparáveis, mas apenas, como dito, utilizados como medida de referência.

Por fim, voltamos a destacar a importância de se compreender a diferença de gênero na opinião pública brasileira. O papel da mulher na sociedade tem mudado nos últimos anos. A saída da mulher de casa para o mercado de trabalho e para outros espaços públicos, inclusive estabelecimentos de ensino (destaca-se o aumento da escolaridade entre elas), ainda que de forma desigual em comparação aos homens tem as proporcionado experiências que as leva a ter opiniões políticas próprias, conforme já destacado anteriormente.

Essas opiniões podem ser expressas nas urnas e serem capazes de levar a uma decisão de uma eleição, já que como visto elas são maioria do eleitorado e tem comparecido às eleições mais do que os homens nos últimos 10 anos no país. Um assunto que seja importante para elas pode levar à vitória nas urnas de um candidato que o defenda. Portanto, conhecer como as mulheres pensam politicamente não é só importante para os estudiosos da Ciência Política, mas também para estrategistas de campanha e candidatos(as) políticos(as).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVIM, FREDERICO FRANCO. Abuso de poder nas competições eleitorais. Curitiba: Juruá Editora, 2019.

BARABAS, J. et al. The Question(s) of Political Knowledge. *American Political Science Review*, v. 108, n. 4, p. 840–855, nov. 2014.

BIROLI, FLÁVIA. O público e o privado. Em: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BIROLI, FLÁVIA; MIGUEL, LUIS FELIPE (EDS.). *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BITTNER, A.; GOODYEAR-GRANT, E. Sex isn't Gender: Reforming Concepts and Measurements in the Study of Public Opinion. *Political Behavior*, v. 39, n. 4, p. 1019–1041, dez. 2017.

CONOVER, P. J. Feminists and the Gender Gap. *The Journal of Politics*, v. 50, n. 4, p. 985–1010, nov. 1988.

DESPOSATO, S.; NORRANDER, B. The Gender Gap in Latin America: Contextual and Individual Influences on Gender and Political Participation. *British Journal of Political Science*, v. 39, n. 1, p. 141–162, jan. 2009.

DIEKMAN, A. B.; SCHNEIDER, M. C. A Social Role Theory Perspective on Gender Gaps in Political Attitudes. *Psychology of Women Quarterly*, v. 34, n. 4, p. 486–497, dez. 2010.

EAGLY, A. H. et al. Gender Gaps in Sociopolitical Attitudes: A Social Psychological Analysis. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 87, n. 6, p. 796–816, 2004.

EAGLY, A. H.; DIEKMAN, A. B. III. Examining Gender Gaps in Sociopolitical Attitudes: It's Not Mars and Venus. *Feminism & Psychology*, v. 16, n. 1, p. 26–34, fev. 2006.

ESPÍRITO-SANTO, A.; CARVALHO, J. Gender and public opinion. Em: ANDERSON, C. D.; TURGEON, M. (Eds.). *Comparative Public Opinion*. 1. ed. London: Routledge, 2022. p. 63–79.

GARCÍA-PEÑALOSA, C.; KONTE, M. Why Are Women Less Democratic Than Men? Evidence from Sub-Saharan African Countries. *World Development*, v. 59, p. 104–119, jul. 2014.

HANSEN, M. A.; GOENAGA, A. Gender and Democratic Attitudes: Do Women and Men Prioritize Different Democratic Institutions? *Politics & Gender*, v. 17, n. 1, p. 23–52, mar. 2021.

HOWELL, S. E.; DAY, C. L. Complexities of the Gender Gap. *The Journal of Politics*, v. 62, n. 3, p. 858–874, ago. 2000.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. 2009.

KONTE, M.; KLASSEN, S. Gender difference in support for Democracy in Sub-Saharan Africa: Do social institutions matter? *Feminist Economics*, v. 22, n. 2, p. 55–86, 2 abr. 2016.

LEONIE, HUDDY; CASSESE, ERIN; LIZOTTE, M.-K. Gender, public opinion, and political reasoning. Em: *Political Women and American Democracy*. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 31–49.

LIZOTTE, M.-K. The Abortion Attitudes Paradox: Model Specification and Gender Differences. *Journal of Women, Politics & Policy*, v. 36, n. 1, p. 22–42, 2 jan. 2015.

LIZOTTE, M.-K. The gender gap in public opinion: Exploring social role theory as an explanation. Em: *Gender and political psychology*. New York: Routledge, 2017. p. 51–70.

LIZOTTE, M.-K. Attitudes Toward Women and the Influence of Gender on Political Decision Making. Em: LIZOTTE, M.-K. (Ed.). *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. [s.l.] Oxford University Press, 2018.

LIZOTTE, M.-K. Gender differences in public opinion: values and political consequences. Philadelphia Rome Tokyo: Temple University Press, 2020.

LIZOTTE, M.-K.; SIDMAN, A. H. Explaining the Gender Gap in Political Knowledge. *Politics & Gender*, v. 5, n. 02, p. 127, jun. 2009.

MOUNK, YASCHA. O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

NORRANDER, B.; WILCOX, C. The Gender Gap in Ideology. *Political Behavior*, v. 30, n. 4, p. 503–523, dez. 2008.

PINTO, C. R. J. PARADOXOS DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NO BRASIL. *Revista USP*, v. 0, n. 49, p. 98, 30 maio 2001.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 36, p. 15–23, jun. 2010.

PRICE, VINCENT. *La opinión pública*. Barcelona: Paidós, 1994.

RAMOS, D. P. A família e a maternidade como referências para pensar a política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 16, p. 87–120, abr. 2015.

SANTOS, M. C.; CALDANA, R. H. L.; ALVES, Z. M. M. B. O papel masculino dos anos quarenta aos noventa: transformações no ideário. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, v. 11, n. 21, p. 57–68, 2001.

SCHWARTZ, S. H.; RUBEL, T. Sex differences in value priorities: Cross-cultural and multimethod studies. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 89, n. 6, p. 1010–1028, dez. 2005.

SCOTT, J. Conflicting Beliefs About Abortion: Legal Approval and Moral Doubts. *Social Psychology Quarterly*, v. 52, n. 4, p. 319, dez. 1989.

UNIÓN INTERPARLAMENTARIA (UIP). Las mujeres en el parlamento en 2021: Perspectiva anual. [s.l.] Unión Interparlamentaria, 2022.

VERBA, S.; BURNS, N.; SCHLOZMAN, K. L. Knowing and Caring about Politics: Gender and Political Engagement. *The Journal of Politics*, v. 59, n. 4, p. 1051–1072, nov. 1997.

ANEXOS

MODELOS ESEB 2022

1. Bolsa Família
2. Casamento gay
3. Cotas raciais
4. Proibição do porte de armas
5. Maioridade penal
6. Prisão por aborto
7. Privatizar o serviço público
8. Auxílio Brasil
9. Adoção gay
10. Descriminalizar as drogas
11. Legalização do aborto
12. Pena de morte
13. Ensino religioso em escolas públicas
14. Militarização das escolas públicas

Tabela 3: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Mulher	-0.19 (0.14)	0.61*** (0.13)	-0.068 (0.11)	0.036 (0.11)	-0.34*** (0.12)	0.17 (0.12)	-0.54*** (0.12)	-0.15 (0.14)	0.70*** (0.12)	-0.36** (0.15)	-0.16 (0.17)	-0.21 (0.11)	0.38*** (0.15)	0.064 (0.12)
Grupo de idade	-0.28*** (0.05)	-0.27*** (0.04)	-0.15*** (0.04)	0.028 (0.04)	0.14*** (0.04)	-0.041 (0.04)	-0.012 (0.04)	-0.30*** (0.05)	-0.29*** (0.04)	-0.16*** (0.05)	-0.18*** (0.06)	-0.073** (0.04)	0.35*** (0.06)	0.062 (0.04)
Escolaridade	-0.41***	0.50***	0.43***	0.20**	0.070	-0.41***	-0.034	-0.32***	0.33***	-0.061	0.31**	-0.15	-0.58***	-0.36***

	(0.11)	(0.09)	(0.08)	(0.08)	(0.10)	(0.09)	(0.09)	(0.10)	(0.09)	(0.11)	(0.13)	(0.08)	(0.11)	(0.09)
Está trabalhando	-0.16	-0.086	-0.17	0.033	0.35***	0.17	0.13	-0.23	-0.078	0.078	-0.17	0.34***	0.45**	0.13
	(0.16)	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.14)	(0.13)	(0.16)	(0.13)	(0.16)	(0.18)	(0.12)	(0.18)	(0.13)
Sudeste	-0.51***	0.36***	-0.041	0.15	0.24	-0.025	-0.079	-0.47***	0.27**	-0.33**	-0.28	-0.043	-0.17	-0.49***
	(0.15)	(0.12)	(0.11)	(0.11)	(0.13)	(0.12)	(0.12)	(0.14)	(0.12)	(0.15)	(0.17)	(0.11)	(0.15)	(0.12)
Até 2 SM (R\$ 2424,00)	0.49***	-0.32**	-0.16	-0.016	0.17	0.20	0.037	0.39***	-0.10	0.11	-0.18	0.059	0.40**	0.20
	(0.16)	(0.13)	(0.12)	(0.12)	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.15)	(0.13)	(0.15)	(0.17)	(0.12)	(0.16)	(0.13)
Branco(a)	0.060	0.38***	-0.032	0.35***	0.049	-0.23	0.087	-0.045	0.24	0.31**	0.23	0.026	-0.25	-0.20
	(0.15)	(0.13)	(0.12)	(0.11)	(0.13)	(0.13)	(0.12)	(0.14)	(0.12)	(0.15)	(0.16)	(0.11)	(0.14)	(0.12)
Católico(a)	0.36	-0.35**	-0.073	-0.0040	0.21	0.32	-0.26	0.29	-0.31	-0.42**	-0.63***	-0.031	0.80***	0.14
	(0.19)	(0.17)	(0.15)	(0.15)	(0.15)	(0.17)	(0.16)	(0.18)	(0.17)	(0.18)	(0.18)	(0.15)	(0.17)	(0.15)
Evangélico(a)	0.78***	-1.40***	-0.31	0.054	0.13	0.43**	-0.54***	0.62***	-1.30***	-0.31	-1.08***	-0.24	0.52***	0.0096
	(0.22)	(0.19)	(0.17)	(0.18)	(0.18)	(0.20)	(0.18)	(0.21)	(0.19)	(0.23)	(0.25)	(0.17)	(0.20)	(0.18)
Religiosidade	0.059	-0.16***	-0.0092	-0.028	0.0093	-0.020	-0.032	0.039	-0.13***	-0.082	-0.12**	-0.013	0.21***	0.10***
	(0.04)	(0.04)	(0.03)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.05)	(0.05)	(0.03)	(0.04)	(0.04)
Esquerda	0.40	-0.050	0.39**	0.027	-0.31	0.44**	-0.43**	0.31	-0.0013	-0.14	0.45**	-0.050	-0.065	0.0079
	(0.25)	(0.18)	(0.16)	(0.15)	(0.17)	(0.18)	(0.19)	(0.20)	(0.18)	(0.20)	(0.20)	(0.16)	(0.20)	(0.17)
Direita	-0.29	-0.047	-0.31**	-0.47***	0.11	0.17	0.70***	0.036	-0.25	-0.24	-0.19	0.13	0.50***	0.72***
	(0.17)	(0.14)	(0.13)	(0.13)	(0.15)	(0.14)	(0.14)	(0.16)	(0.14)	(0.19)	(0.22)	(0.13)	(0.18)	(0.14)
PT	0.29	0.65***	0.16	0.017	-0.091	-0.21	-0.071	-0.084	0.30	0.53***	0.067	-0.13	-0.14	-0.0028
	(0.25)	(0.18)	(0.15)	(0.15)	(0.17)	(0.18)	(0.18)	(0.20)	(0.18)	(0.18)	(0.21)	(0.16)	(0.20)	(0.16)
PL	0.33	-0.24	0.010	-0.22	0.72**	0.28	-0.021	0.37	-0.46**	0.088	-0.74	0.28	0.11	0.44
	(0.26)	(0.24)	(0.22)	(0.23)	(0.32)	(0.21)	(0.20)	(0.25)	(0.23)	(0.37)	(0.58)	(0.21)	(0.30)	(0.25)
Avaliação de Bolsonaro	-0.29***	-0.25***	-0.16***	-0.11**	0.20***	0.21***	0.19***	-0.14**	-0.20***	-0.21***	-0.36***	0.061	0.18***	0.38***
	(0.06)	(0.05)	(0.05)	(0.04)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.06)	(0.08)	(0.04)	(0.06)	(0.05)
Identidade de gênero feminina	-0.0087	0.0044	0.034	0.14***	-0.0050	-0.021	-0.13***	-0.070	0.048	0.069	0.19***	-0.080**	-0.23***	-0.098***
	(0.05)	(0.04)	(0.03)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.05)	(0.03)	(0.04)	(0.04)

Constante	3.83***	1.38***	0.13	-0.90***	-0.54	-1.21***	-0.38	3.42***	1.76***	0.0094	-0.27	0.15	-0.26	-0.88**
	(0.43)	(0.37)	(0.33)	(0.32)	(0.35)	(0.37)	(0.36)	(0.40)	(0.37)	(0.40)	(0.44)	(0.32)	(0.42)	(0.35)
Observations	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922
Pseudo R-squared	0.109	0.202	0.086	0.052	0.066	0.047	0.094	0.068	0.174	0.076	0.209	0.022	0.237	0.155
Log lik.	-802.9	-1064.6	-1199.7	-1230.8	-1071.6	-1083.3	-1138.1	-886.0	-1083.7	-797.1	-666.9	-1275.9	-794.9	-1124.9
Chi-squared	145.7	323.0	157.6	100.4	111.6	90.5	171.0	109.0	283.8	95.6	227.5	45.0	256.8	289.0

Standard errors in parentheses

Fonte: ESEB 2022

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 4: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar.

	Democracia sempre preferível	Satisfação com a democracia	Golpe Militar
Mulher	-0.27*** (0.07)	-0.25*** (0.06)	0.061 (0.06)
Grupo de idade	0.038 (0.02)	-0.011 (0.02)	-0.021 (0.02)
Escolaridade	0.35*** (0.05)	0.037 (0.05)	-0.076 (0.04)
Está trabalhando	-0.0017 (0.08)	-0.11 (0.07)	0.13** (0.06)
Sudeste	0.15** (0.07)	0.015 (0.06)	0.051 (0.06)
Até 2 SM (R\$ 2424,00)	-0.21*** (0.07)	-0.043 (0.07)	-0.081 (0.06)
Branco(a)	0.098 (0.07)	-0.13** (0.07)	-0.088 (0.06)
Católico(a)	-0.077 (0.09)	0.13 (0.09)	0.092 (0.07)
Evangélico(a)	-0.024 (0.10)	0.038 (0.10)	0.12 (0.09)
Religiosidade	0.0065 (0.02)	-0.023 (0.02)	0.022 (0.02)
Esquerda	0.036 (0.10)	0.085 (0.09)	0.13 (0.08)
Direita	0.10 (0.08)	-0.073 (0.08)	0.43*** (0.07)
PT	0.16 (0.09)	0.34*** (0.10)	0.0043 (0.08)
PL	0.15 (0.12)	-0.14 (0.12)	0.43*** (0.09)
Avaliação de Bolsonaro	-0.062** (0.03)	-0.065** (0.03)	0.27*** (0.02)
Identidade de gênero feminina	0.028 (0.02)	0.026 (0.02)	-0.067*** (0.02)
Constante	3.43*** (0.20)	2.70*** (0.19)	0.46*** (0.17)
Observations	1838	1882	1922
F	12.6	5.91	46.1
p	4.1e-32	8.1e-13	9.3e-123
R-sq	0.098	0.056	0.25
adj. R-sq	0.090	0.048	0.24

Standard errors in parentheses

Fonte: ESEB 2022

** $p < 0.05$, *** $p < 0.01$

Tabela 5: Interação entre sexo e identidade de gênero feminina

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Mulher	-0.20 (0.14)	0.61*** (0.13)	-0.065 (0.11)	0.031 (0.11)	-0.34*** (0.13)	0.17 (0.12)	-0.53*** (0.12)	-0.16 (0.14)	0.70*** (0.12)	-0.33** (0.15)	-0.15 (0.17)	-0.21 (0.11)	0.33** (0.15)	0.062 (0.12)
Grupo de idade	-0.28*** (0.05)	-0.27*** (0.04)	-0.15*** (0.04)	0.028 (0.04)	0.14*** (0.04)	-0.041 (0.04)	-0.012 (0.04)	-0.30*** (0.05)	-0.29*** (0.04)	-0.16*** (0.05)	-0.18*** (0.06)	-0.073** (0.04)	0.35*** (0.06)	0.062 (0.04)
Escolaridade	-0.41*** (0.11)	0.50*** (0.09)	0.43*** (0.08)	0.20** (0.08)	0.071 (0.10)	-0.41*** (0.09)	-0.033 (0.09)	-0.32*** (0.10)	0.33*** (0.09)	-0.064 (0.11)	0.31** (0.13)	-0.15 (0.08)	-0.58*** (0.11)	-0.36*** (0.09)
Está trabalhando	-0.17 (0.16)	-0.085 (0.13)	-0.16 (0.13)	0.029 (0.13)	0.34** (0.13)	0.18 (0.14)	0.12 (0.13)	-0.23 (0.16)	-0.078 (0.13)	0.091 (0.16)	-0.16 (0.18)	0.33*** (0.12)	0.44** (0.18)	0.12 (0.13)
Sudeste	-0.52*** (0.15)	0.36*** (0.12)	-0.036 (0.11)	0.15 (0.11)	0.23 (0.13)	-0.018 (0.12)	-0.091 (0.12)	-0.47*** (0.14)	0.27** (0.12)	-0.33** (0.15)	-0.28 (0.17)	-0.044 (0.11)	-0.17 (0.15)	-0.49*** (0.12)
Até 2 SM (R\$ 2424,00)	0.49*** (0.16)	-0.32** (0.13)	-0.16 (0.12)	-0.016 (0.12)	0.17 (0.13)	0.20 (0.13)	0.037 (0.13)	0.39*** (0.15)	-0.10 (0.13)	0.10 (0.15)	-0.18 (0.17)	0.059 (0.12)	0.41** (0.16)	0.20 (0.13)
Branco(a)	0.061 (0.15)	0.38*** (0.13)	-0.031 (0.12)	0.35*** (0.11)	0.046 (0.13)	-0.23 (0.13)	0.086 (0.12)	-0.045 (0.14)	0.24 (0.12)	0.31** (0.15)	0.23 (0.16)	0.025 (0.11)	-0.26 (0.14)	-0.20 (0.12)
Católico(a)	0.36 (0.19)	-0.35** (0.17)	-0.069 (0.15)	-0.0073 (0.15)	0.20 (0.15)	0.33 (0.17)	-0.27 (0.16)	0.29 (0.18)	-0.30 (0.17)	-0.41** (0.18)	-0.63*** (0.18)	-0.033 (0.15)	0.80*** (0.17)	0.14 (0.15)
Evangélico(a)	0.77*** (0.22)	-1.40*** (0.19)	-0.31 (0.17)	0.047 (0.18)	0.11 (0.18)	0.44** (0.20)	-0.56*** (0.18)	0.61*** (0.21)	-1.30*** (0.19)	-0.29 (0.23)	-1.08*** (0.25)	-0.25 (0.17)	0.50** (0.20)	-0.0029 (0.18)
Religiosidade	0.060 (0.04)	-0.16*** (0.04)	-0.0095 (0.03)	-0.028 (0.03)	0.010 (0.04)	-0.020 (0.04)	-0.031 (0.04)	0.039 (0.04)	-0.13*** (0.04)	-0.083 (0.05)	-0.12** (0.05)	-0.013 (0.03)	0.21*** (0.04)	0.10*** (0.04)
Esquerda	0.39 (0.26)	-0.050 (0.18)	0.40** (0.16)	0.023 (0.15)	-0.32 (0.17)	0.45** (0.18)	-0.44** (0.19)	0.30 (0.20)	-0.0012 (0.18)	-0.13 (0.20)	0.45** (0.20)	-0.052 (0.16)	-0.076 (0.20)	-0.00020 (0.16)
Direita	-0.29 (0.17)	-0.047 (0.14)	-0.32** (0.13)	-0.46*** (0.13)	0.12 (0.15)	0.17 (0.14)	0.71*** (0.14)	0.038 (0.16)	-0.25 (0.14)	-0.25 (0.19)	-0.20 (0.22)	0.13 (0.13)	0.50*** (0.17)	0.73*** (0.14)
PT	0.29	0.65***	0.16	0.014	-0.098	-0.21	-0.079	-0.088	0.30	0.54***	0.069	-0.13	-0.15	-0.0088

	(0.25)	(0.18)	(0.15)	(0.15)	(0.17)	(0.18)	(0.18)	(0.20)	(0.18)	(0.19)	(0.21)	(0.16)	(0.20)	(0.16)
PL	0.32	-0.24	0.013	-0.22	0.71**	0.28	-0.026	0.37	-0.46**	0.096	-0.74	0.28	0.10	0.43
	(0.26)	(0.24)	(0.22)	(0.23)	(0.32)	(0.21)	(0.20)	(0.25)	(0.23)	(0.37)	(0.58)	(0.21)	(0.30)	(0.25)
Avaliação de Bolsonaro	-0.29***	-0.25***	-0.16***	-0.11**	0.20***	0.21***	0.19***	-0.14**	-0.20***	-0.21***	-0.36***	0.061	0.18***	0.38***
	(0.06)	(0.05)	(0.05)	(0.04)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.06)	(0.08)	(0.04)	(0.06)	(0.05)
Identidade de gênero feminina	-0.052	0.0072	0.059	0.12**	-0.062	0.018	-0.18***	-0.094	0.049	0.12**	0.20***	-0.087	-0.29***	-0.14***
	(0.06)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.06)	(0.05)	(0.06)	(0.07)	(0.05)	(0.06)	(0.05)
Mulher × Identidade	0.085	-0.0054	-0.047	0.038	0.100	-0.072	0.100	0.046	-0.00054	-0.10	-0.022	0.015	0.11	0.075
	(0.08)	(0.07)	(0.06)	(0.06)	(0.07)	(0.07)	(0.07)	(0.08)	(0.07)	(0.08)	(0.10)	(0.06)	(0.08)	(0.07)
Constante	3.98***	1.37***	0.049	-0.83**	-0.35	-1.34***	-0.22	3.50***	1.76***	-0.16	-0.31	0.17	-0.058	-0.75**
	(0.46)	(0.40)	(0.35)	(0.35)	(0.37)	(0.40)	(0.38)	(0.43)	(0.40)	(0.43)	(0.48)	(0.34)	(0.44)	(0.37)
Observations	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922
Pseudo R-squared	0.110	0.202	0.086	0.052	0.067	0.048	0.095	0.068	0.174	0.078	0.209	0.022	0.238	0.155
Log lik.	-802.3	-1064.6	-1199.4	-1230.6	-1070.4	-1082.7	-1136.8	-885.8	-1083.7	-796.2	-666.8	-1275.8	-793.8	-1124.2
Chi-squared	146.8	323.4	159.6	100.6	112.0	93.1	174.2	108.8	284.2	99.1	227.5	45.2	261.9	290.9

Standard errors in parentheses

Fonte: ESEB 2022

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 6: Interação entre sexo e variáveis independentes.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Mulher	-0.065	0.045	-0.23	-0.061	0.70***	0.15	0.60***	-0.21	-0.37***	-0.19	-0.068	0.054	-0.51***	0.38**
	(0.20)	(0.11)	(0.16)	(0.11)	(0.12)	(0.12)	(0.13)	(0.16)	(0.13)	(0.11)	(0.15)	(0.12)	(0.12)	(0.18)
Grupo de idade	-0.19***	0.023	-0.16***	-0.15***	-0.29***	-0.043	-0.27***	-0.28***	0.14***	-0.077**	-0.30***	0.066	-0.011	0.35***
	(0.06)	(0.04)	(0.05)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.05)	(0.04)	(0.04)	(0.05)	(0.04)	(0.04)	(0.06)

Escolaridade	0.32**	0.19**	-0.075	0.42***	0.32***	-0.41***	0.50***	-0.40***	0.052	-0.15	-0.32***	-0.37***	-0.030	-0.59***
	(0.13)	(0.08)	(0.11)	(0.08)	(0.09)	(0.09)	(0.09)	(0.11)	(0.10)	(0.08)	(0.10)	(0.09)	(0.09)	(0.11)
Está trabalhando	-0.22	0.011	0.097	-0.16	-0.069	0.17	-0.091	-0.19	0.34**	0.31**	-0.25	0.12	0.12	0.42**
	(0.18)	(0.13)	(0.17)	(0.13)	(0.13)	(0.14)	(0.14)	(0.17)	(0.13)	(0.12)	(0.16)	(0.13)	(0.13)	(0.18)
Sudeste	-0.29	0.16	-0.34**	-0.043	0.26**	-0.026	0.35***	-0.52***	0.25**	-0.046	-0.49***	-0.49***	-0.077	-0.17
	(0.17)	(0.11)	(0.15)	(0.11)	(0.12)	(0.12)	(0.12)	(0.15)	(0.13)	(0.11)	(0.14)	(0.12)	(0.12)	(0.15)
Até 2 SM (R\$ 2424,00)	-0.19	-0.016	0.097	-0.16	-0.11	0.20	-0.33***	0.47***	0.18	0.061	0.37**	0.19	0.034	0.39**
	(0.17)	(0.12)	(0.15)	(0.12)	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.16)	(0.13)	(0.12)	(0.15)	(0.13)	(0.13)	(0.16)
Branco(a)	0.25	0.35***	0.31**	-0.036	0.24	-0.23	0.38***	0.060	0.045	0.024	-0.042	-0.20	0.092	-0.25
	(0.16)	(0.11)	(0.15)	(0.12)	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.15)	(0.13)	(0.11)	(0.14)	(0.12)	(0.12)	(0.14)
Católico(a)	-0.66***	-0.00054	-0.38**	-0.066	-0.32	0.34	-0.37**	0.36	0.19	-0.058	0.28	0.13	-0.29	0.79***
	(0.18)	(0.15)	(0.18)	(0.15)	(0.18)	(0.17)	(0.17)	(0.20)	(0.15)	(0.15)	(0.18)	(0.15)	(0.16)	(0.17)
Evangélico(a)	-1.14***	0.070	-0.29	-0.31	-1.30***	0.45**	-1.42***	0.76***	0.17	-0.26	0.61***	0.026	-0.55***	0.50**
	(0.27)	(0.18)	(0.24)	(0.17)	(0.20)	(0.20)	(0.19)	(0.22)	(0.19)	(0.17)	(0.21)	(0.18)	(0.18)	(0.20)
Religiosidade	-0.11**	-0.025	-0.081	-0.0077	-0.14***	-0.022	-0.16***	0.063	0.0011	-0.013	0.044	0.10***	-0.031	0.22***
	(0.05)	(0.04)	(0.05)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)
Esquerda	0.48**	0.040	-0.11	0.40**	0.0048	0.45**	-0.049	0.43	-0.33	-0.067	0.32	0.0095	-0.44**	-0.047
	(0.20)	(0.15)	(0.20)	(0.16)	(0.19)	(0.18)	(0.18)	(0.27)	(0.17)	(0.16)	(0.21)	(0.17)	(0.19)	(0.20)
Direita	-0.13	-0.43***	-0.21	-0.31**	-0.26	0.18	-0.049	-0.25	0.11	0.14	0.067	0.74***	0.70***	0.53***
	(0.22)	(0.13)	(0.19)	(0.13)	(0.14)	(0.14)	(0.14)	(0.17)	(0.16)	(0.13)	(0.16)	(0.14)	(0.14)	(0.18)
PT	0.019	-0.00041	0.54***	0.18	0.33	-0.21	0.65***	0.27	-0.080	-0.15	-0.097	0.00046	-0.078	-0.15
	(0.21)	(0.15)	(0.19)	(0.15)	(0.18)	(0.18)	(0.18)	(0.25)	(0.17)	(0.16)	(0.21)	(0.16)	(0.18)	(0.20)
PL	-0.75	-0.25	0.079	-0.0017	-0.47**	0.27	-0.24	0.37	0.71**	0.27	0.45	0.44	-0.0088	0.11
	(0.59)	(0.23)	(0.36)	(0.22)	(0.23)	(0.21)	(0.24)	(0.26)	(0.32)	(0.21)	(0.26)	(0.25)	(0.20)	(0.31)
Avaliação de Bolsonaro	-0.37***	-0.12***	-0.20***	-0.16***	-0.20***	0.21***	-0.26***	-0.30***	0.21***	0.053	-0.14***	0.38***	0.19***	0.18***
	(0.08)	(0.04)	(0.06)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.06)	(0.05)	(0.04)	(0.06)	(0.05)	(0.05)	(0.06)
Identidade de gênero feminina	0.19***	0.14***	0.070	0.033	0.052	-0.019	0.0054	-0.0092	-0.0036	-0.080**	-0.071	-0.096***	-0.13***	-0.23***

	(0.05)	(0.03)	(0.04)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.05)	(0.04)	(0.03)	(0.04)	(0.04)	(0.04)	(0.04)
Mulher × Escolaridade	0.36	0.25	-0.17	0.037	-0.14	-0.10	-0.075	-0.35	0.33	0.33**	-0.38**	0.16	0.15	0.19
	(0.23)	(0.15)	(0.20)	(0.15)	(0.17)	(0.18)	(0.17)	(0.21)	(0.17)	(0.15)	(0.19)	(0.16)	(0.16)	(0.20)
Mulher × Idade	-0.057	0.021	0.061	0.080	0.15	0.026	0.038	-0.24**	-0.0045	0.075	-0.34***	-0.045	-0.12	0.13
	(0.11)	(0.08)	(0.10)	(0.08)	(0.08)	(0.08)	(0.08)	(0.10)	(0.08)	(0.07)	(0.09)	(0.08)	(0.08)	(0.11)
Mulher × Religiosidade	-0.089	-0.0025	0.0091	-0.043	-0.056	0.014	-0.13	0.062	0.078	-0.11	0.030	-0.045	-0.0011	-0.14
	(0.11)	(0.07)	(0.10)	(0.07)	(0.07)	(0.07)	(0.07)	(0.09)	(0.08)	(0.07)	(0.08)	(0.07)	(0.07)	(0.09)
Mulher × Avaliação de Bolsonaro	0.26**	0.20***	0.22**	-0.0092	0.050	0.056	0.048	0.16	-0.14	0.030	-0.024	-0.019	-0.100	0.15
	(0.12)	(0.07)	(0.10)	(0.07)	(0.08)	(0.08)	(0.08)	(0.10)	(0.09)	(0.07)	(0.10)	(0.08)	(0.08)	(0.10)
Mulher × Católico	-0.0094	-0.087	0.29	0.40	-0.44	-0.16	-0.021	-0.27	0.070	-0.31	0.45	0.69**	0.30	-0.0043
	(0.36)	(0.30)	(0.36)	(0.30)	(0.36)	(0.35)	(0.34)	(0.39)	(0.30)	(0.29)	(0.36)	(0.31)	(0.31)	(0.35)
Mulher × Evangélico	0.21	-0.42	0.093	0.41	-0.40	-0.31	0.088	-0.49	-0.22	-0.17	-0.0085	0.19	0.11	0.048
	(0.54)	(0.35)	(0.47)	(0.35)	(0.40)	(0.40)	(0.39)	(0.44)	(0.38)	(0.35)	(0.43)	(0.37)	(0.36)	(0.40)
Constante	-0.27	-0.85***	-0.099	0.12	1.80***	-1.22***	1.43***	3.88***	-0.49	0.23	3.41***	-0.86**	-0.38	-0.19
	(0.45)	(0.33)	(0.41)	(0.33)	(0.37)	(0.37)	(0.37)	(0.43)	(0.36)	(0.32)	(0.40)	(0.35)	(0.36)	(0.43)
Observations	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922	1922
Pseudo R-squared	0.216	0.057	0.082	0.087	0.177	0.048	0.204	0.116	0.071	0.027	0.078	0.159	0.097	0.241
Log lik.	-660.7	-1223.8	-792.0	-1197.7	-1079.1	-1082.4	-1062.2	-797.0	-1065.8	-1269.3	-876.4	-1120.2	-1133.9	-790.9
Chi-squared	242.6	112.4	106.5	162.7	289.7	93.8	324.2	151.2	116.3	53.2	119.3	289.2	182.8	267.2

Standard errors in parentheses

Fonte: ESEB 2022

** p<0.05, *** p<0.01

MODELOS LAPOP 2019

1. Estado deve reduzir a desigualdade de renda
2. Governo deve gastar para ajudar aos pobres
3. Ricos paguem mais impostos e recebam menos serviços
4. Aprova o direito de homossexuais a postularem cargos públicos
5. Aprova o direito de casamento entre pessoas do mesmo sexo
6. Aborto se justifica quando há risco de saúde para a mãe

Tabela 7: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação a diversos temas sociais.

	1	2	3	4	5	6
Mulher	-0.11 (0.12)	-0.045 (0.11)	-0.36*** (0.13)	0.46** (0.18)	0.72*** (0.20)	-0.41*** (0.14)
Grupo de idade	0.030 (0.04)	-0.069 (0.04)	0.078 (0.04)	-0.22*** (0.06)	-0.43*** (0.07)	0.10** (0.05)
Escolaridade	0.25** (0.10)	-0.21** (0.09)	-0.060 (0.11)	0.73*** (0.15)	0.76*** (0.17)	0.27** (0.11)
Renda familiar	0.071 (0.06)	-0.17*** (0.05)	-0.073 (0.06)	0.27*** (0.09)	0.25** (0.10)	0.097 (0.07)
Está trabalhando	-0.15 (0.12)	-0.13 (0.12)	0.047 (0.14)	-0.12 (0.19)	-0.37 (0.22)	-0.00062 (0.15)
Católico(a)	-0.25 (0.15)	-0.25 (0.13)	-0.0037 (0.17)	-0.20 (0.23)	-0.63** (0.26)	0.017 (0.18)
Evangélico(a)	0.015 (0.16)	0.0022 (0.14)	0.0051 (0.18)	-1.66*** (0.27)	-3.14*** (0.29)	-0.051 (0.19)
Um ou mais filo(a)s	-0.092 (0.12)	-0.049 (0.11)	0.40*** (0.12)	-0.21 (0.18)	-0.069 (0.20)	-0.25 (0.13)
Esquerda	-0.053 (0.15)	-0.093 (0.13)	-0.12 (0.16)	0.15 (0.22)	-0.037 (0.25)	0.45** (0.18)
Direita	-0.065 (0.13)	-0.22 (0.12)	0.030 (0.15)	0.12 (0.21)	0.074 (0.23)	-0.15 (0.16)
Avaliação de Bolsonaro	0.16** (0.06)	0.041 (0.06)	-0.080 (0.07)	-0.12 (0.10)	-0.18 (0.10)	-0.12 (0.07)
Identidade de gênero	0.11 (0.07)	-0.0041 (0.06)	0.010 (0.08)	0.46*** (0.12)	0.58*** (0.12)	0.029 (0.08)
Constant	4.23*** (0.40)	6.86*** (0.36)	4.16*** (0.44)	5.14*** (0.66)	5.04*** (0.72)	0.55 (0.48)
Observations	1341	1342	1328	1330	1330	1344
Pseudo R-squared	-	-	-	-	-	0.032
F	2.49	3.98	2.05	19.7	39.8	

p	0.0031	0.0000044	0.017	4.7e-40	4.3e-80	0.000088
R-sq	0.026	0.039	0.019	0.15	0.25	-
adj. R-sq	0.017	0.030	0.011	0.15	0.24	-
Log lik.	-2748.7	-2632.4	-2841.5	-3337.0	-3462.8	-786.9
	-	-	-	-	-	39.5

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 8: Diferenças de opinião entre homens e mulheres em relação à democracia e golpe militar.

	Democracia: melhor forma de governo	Satisfação com a democracia	Golpe militar: quando há muito crime	Golpe militar: quando há muita corrupção
Mulher	-0.27** (0.11)	-0.12*** (0.05)	0.19 (0.19)	-0.17 (0.19)
Grupo de idade	0.14*** (0.04)	-0.0016 (0.02)	0.077 (0.07)	0.029 (0.07)
Escolaridade	0.38*** (0.09)	-0.058 (0.04)	-0.31** (0.16)	-0.022 (0.16)
Renda familiar	0.20*** (0.05)	0.054** (0.02)	-0.10 (0.10)	0.072 (0.09)
Está trabalhando	-0.19 (0.11)	-0.071 (0.05)	0.086 (0.20)	0.10 (0.21)
Católico(a)	-0.19 (0.14)	-0.028 (0.06)	-0.28 (0.24)	-0.21 (0.28)
Evangélico(a)	0.090 (0.15)	-0.017 (0.07)	-0.22 (0.27)	-0.0034 (0.29)
Um ou mais filo(a)s	0.016 (0.11)	-0.056 (0.05)	0.11 (0.19)	-0.11 (0.20)
Esquerda	-0.22 (0.13)	-0.062 (0.06)	-0.22 (0.25)	0.023 (0.25)
Direita	0.063 (0.12)	0.025 (0.05)	0.27 (0.22)	0.38 (0.23)
Avaliação de Bolsonaro	0.083 (0.06)	0.18*** (0.03)	0.37*** (0.11)	0.30*** (0.10)
Identidade de gênero	0.034 (0.07)	-0.060 (0.03)	-0.49*** (0.11)	-0.26** (0.12)
Constant	3.25*** (0.35)	2.05*** (0.17)	0.15 (0.66)	-1.02 (0.68)
Observations	1327	1323	652	615
Pseudo R-squared	-	-	0.086	0.045
F	8.58	9.15	-	-
p	6.9e-16	4.0e-17	0.000000082	0.0017

R-sq	0.076	0.089	-	-
adj. R-sq	0.067	0.080	-	-
Log lik.	-2593.6	-1521.7	-389.8	-384.7
Chi-squared	-	-	56.9	31.4

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 9: Interação entre sexo e identidade de gênero relação a diversos temas sociais.

	1	2	3	4	5	6
Mulher	-0.12 (0.12)	-0.042 (0.11)	-0.37*** (0.12)	0.46** (0.18)	0.72*** (0.20)	-0.41*** (0.14)
Grupo de idade	0.033 (0.04)	-0.070 (0.04)	0.079 (0.04)	-0.22*** (0.06)	-0.43*** (0.07)	0.10** (0.05)
Escolaridade	0.25** (0.10)	-0.21** (0.09)	-0.061 (0.11)	0.73*** (0.15)	0.76*** (0.17)	0.27** (0.11)
Renda familiar	0.071 (0.06)	-0.17*** (0.05)	-0.073 (0.06)	0.27*** (0.09)	0.25** (0.10)	0.097 (0.07)
Está trabalhando	-0.15 (0.12)	-0.13 (0.12)	0.044 (0.14)	-0.13 (0.19)	-0.37 (0.22)	-0.0015 (0.15)
Católico(a)	-0.25 (0.15)	-0.25 (0.13)	-0.0031 (0.17)	-0.20 (0.23)	-0.63** (0.26)	0.018 (0.18)
Evangélico(a)	0.015 (0.16)	0.0023 (0.14)	0.0047 (0.18)	-1.66*** (0.27)	-3.14*** (0.29)	-0.051 (0.19)
Um ou mais filo(a)s	-0.11 (0.12)	-0.045 (0.11)	0.39*** (0.12)	-0.21 (0.18)	-0.065 (0.20)	-0.25 (0.14)
Esquerda	-0.046 (0.15)	-0.095 (0.13)	-0.11 (0.16)	0.15 (0.22)	-0.039 (0.25)	0.45** (0.18)
Direita	-0.066 (0.13)	-0.22 (0.12)	0.029 (0.15)	0.12 (0.21)	0.075 (0.23)	-0.15 (0.16)
Avaliação de Bolsonaro	0.16** (0.06)	0.040 (0.06)	-0.077 (0.07)	-0.12 (0.10)	-0.18 (0.10)	-0.12 (0.07)
Identidade de gênero	-0.016 (0.09)	0.026 (0.08)	-0.065 (0.11)	0.41** (0.17)	0.62*** (0.16)	-0.014 (0.11)
Mulher × Identidade	0.28** (0.14)	-0.068 (0.12)	0.17 (0.15)	0.11 (0.23)	-0.090 (0.23)	0.089 (0.16)
Constant	4.58*** (0.42)	6.78*** (0.39)	4.37*** (0.49)	5.27*** (0.74)	4.92*** (0.77)	0.67 (0.52)
Observations	1341	1342	1328	1330	1330	1344
Pseudo R-squared						0.032
F	2.66	3.70	2.01	18.4	36.7	
p	0.0011	0.0000080	0.017	7.0e-40	2.8e-79	0.00014

R-sq	0.030	0.039	0.021	0.15	0.25	
adj. R-sq	0.020	0.029	0.011	0.15	0.24	
Log lik.	-2746.3	-2632.2	-2840.8	-3336.8	-3462.7	-786.7
						40.0

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 10: Interação entre sexo e identidade de gênero em relação à democracia e golpe militar.

	Democracia: melhor forma de governo	Satisfação com a democracia	Golpe militar: quando há muito crime	Golpe militar: quando há muita corrupção
Mulher	-0.27** (0.11)	-0.12*** (0.05)	0.19 (0.19)	-0.17 (0.19)
Grupo de idade	0.14*** (0.04)	-0.0015 (0.02)	0.077 (0.07)	0.034 (0.07)
Escolaridade	0.38*** (0.09)	-0.058 (0.04)	-0.31** (0.16)	-0.026 (0.16)
Renda familiar	0.20*** (0.05)	0.054** (0.02)	-0.10 (0.10)	0.069 (0.09)
Está trabalhando	-0.19 (0.11)	-0.071 (0.05)	0.086 (0.20)	0.11 (0.21)
Católico(a)	-0.19 (0.14)	-0.028 (0.06)	-0.28 (0.24)	-0.21 (0.28)
Evangélico(a)	0.091 (0.15)	-0.017 (0.07)	-0.22 (0.27)	0.0078 (0.29)
Um ou mais filo(a)s	0.011 (0.11)	-0.058 (0.05)	0.11 (0.19)	-0.15 (0.20)
Esquerda	-0.22 (0.13)	-0.061 (0.06)	-0.22 (0.25)	0.022 (0.25)
Direita	0.063 (0.12)	0.026 (0.06)	0.27 (0.22)	0.38 (0.23)
Avaliação de Bolsonaro	0.084 (0.06)	0.18*** (0.03)	0.37*** (0.11)	0.30*** (0.11)
Identidade de gênero	-0.0048 (0.09)	-0.073 (0.04)	-0.49*** (0.16)	-0.39** (0.16)
Mulher × Identidade	0.089 (0.13)	0.030 (0.06)	-0.0013 (0.22)	0.33 (0.25)
Constant	3.36*** (0.39)	2.09*** (0.19)	0.15 (0.71)	-0.65 (0.73)
Observations	1327	1323	652	615
Pseudo R-squared	-	-	0.086	0.048
F	8.06	8.43	-	-

P	9.6e-16	1.3e-16	0.00000016	0.0029
R-sq	0.076	0.089	-	-
adj. R-sq	0.067	0.080	-	-
Log lik.	-2593.3	-1521.6	-389.8	-383.6
Chi-squared	-	-	57.2	31.4

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 11: Interação entre sexo e variáveis independentes em relação a diversos temas sociais

	1	2	3	4	5	6
Mulher	-0.12 (0.12)	-0.047 (0.11)	-0.36*** (0.13)	0.45** (0.19)	0.73*** (0.20)	-0.41*** (0.14)
Grupo de idade	0.036 (0.04)	-0.067 (0.04)	0.080 (0.04)	-0.22*** (0.06)	-0.44*** (0.07)	0.11** (0.05)
Escolaridade	0.26** (0.10)	-0.20** (0.09)	-0.057 (0.11)	0.73*** (0.15)	0.75*** (0.17)	0.27** (0.11)
Renda familiar	0.071 (0.06)	-0.18*** (0.05)	-0.071 (0.06)	0.27*** (0.09)	0.25** (0.10)	0.096 (0.07)
Está trabalhando	-0.15 (0.12)	-0.13 (0.12)	0.040 (0.14)	-0.13 (0.19)	-0.37 (0.22)	-0.0040 (0.15)
Católico(a)	-0.26 (0.15)	-0.25 (0.13)	-0.0011 (0.17)	-0.20 (0.22)	-0.62** (0.26)	0.013 (0.18)
Evangélico(a)	0.017 (0.16)	-0.018 (0.14)	0.00035 (0.18)	-1.63*** (0.27)	-3.15*** (0.29)	-0.028 (0.20)
Um ou mais filo(a)s	-0.084 (0.12)	-0.034 (0.11)	0.42*** (0.13)	-0.20 (0.18)	-0.083 (0.20)	-0.25 (0.14)
Esquerda	-0.061 (0.15)	-0.081 (0.13)	-0.11 (0.16)	0.13 (0.22)	-0.023 (0.25)	0.44** (0.18)
Direita	-0.075 (0.14)	-0.21 (0.12)	0.030 (0.15)	0.10 (0.22)	0.093 (0.23)	-0.15 (0.16)
Avaliação de Bolsonaro	0.16** (0.06)	0.039 (0.06)	-0.079 (0.07)	-0.12 (0.10)	-0.17 (0.10)	-0.11 (0.07)
Identidade de gênero	0.11 (0.07)	-0.0025 (0.06)	0.015 (0.08)	0.46*** (0.12)	0.58*** (0.12)	0.029 (0.08)
Mulher × Escolaridade	0.31 (0.19)	0.22 (0.17)	-0.016 (0.20)	0.11 (0.26)	-0.47 (0.30)	-0.18 (0.21)
Mulher × Idade	0.036 (0.08)	0.078 (0.08)	0.074 (0.09)	-0.0019 (0.12)	-0.062 (0.13)	-0.050 (0.10)
Mulher × Avaliação do Bolsonaro	-0.100 (0.12)	0.098 (0.12)	0.079 (0.13)	-0.19 (0.19)	0.13 (0.20)	-0.093 (0.14)
Mulher × Católico(a)	0.16 (0.30)	-0.12 (0.27)	-0.022 (0.34)	0.32 (0.45)	-0.32 (0.52)	0.022 (0.37)
Mulher × Evangélico(a)	0.15	-0.060	-0.23	-0.045	-0.42	-0.28

	(0.32)	(0.29)	(0.37)	(0.54)	(0.58)	(0.39)
Constant	4.20***	6.85***	4.12***	5.10***	5.07***	0.51
	(0.40)	(0.37)	(0.44)	(0.66)	(0.72)	(0.47)
Observations	1341	1342	1328	1330	1330	1344
Pseudo R-squared	-	-	-	-	-	0.034
F	1.99	3.07	1.57	15.3	28.6	-
p	0.0097	0.000024	0.063	3.3e-41	1.1e-77	0.00073
R-sq	0.030	0.042	0.021	0.16	0.25	-
adj. R-sq	0.017	0.029	0.0084	0.14	0.24	-
Log lik.	-2746.4	-2630.3	-2840.4	-3335.6	-3461.1	-785.5
	-	-	-	-	-	41.7

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01

Tabela 12: Interação entre sexo e identidade de gênero em relação à democracia e golpe militar.

	Democracia: melhor forma de governo	Satisfação com a democracia	Golpe militar: quando há muito crime	Golpe militar: quando há muita corrupção
Mulher	-0.27**	-0.12***	0.18	-0.19
	(0.11)	(0.05)	(0.19)	(0.20)
Grupo de idade	0.14***	-0.0021	0.077	0.024
	(0.04)	(0.02)	(0.07)	(0.07)
Escolaridade	0.38***	-0.057	-0.31	-0.017
	(0.09)	(0.04)	(0.16)	(0.16)
Renda familiar	0.21***	0.053**	-0.11	0.060
	(0.05)	(0.02)	(0.10)	(0.09)
Está trabalhando	-0.19	-0.071	0.086	0.13
	(0.11)	(0.05)	(0.20)	(0.21)
Católico(a)	-0.18	-0.032	-0.32	-0.22
	(0.14)	(0.06)	(0.24)	(0.28)
Evangélico(a)	0.096	-0.023	-0.26	-0.016
	(0.15)	(0.07)	(0.27)	(0.30)
Um ou mais filo(a)s	0.012	-0.056	0.12	-0.13
	(0.11)	(0.05)	(0.19)	(0.20)
Esquerda	-0.22	-0.058	-0.19	0.024
	(0.13)	(0.06)	(0.25)	(0.25)
Direita	0.055	0.029	0.28	0.40
	(0.12)	(0.06)	(0.22)	(0.23)
Avaliação de Bolsonaro	0.079	0.18***	0.38***	0.32***
	(0.06)	(0.03)	(0.11)	(0.11)
Identidade de gênero	0.032	-0.060	-0.50***	-0.27**
	(0.07)	(0.03)	(0.11)	(0.12)

Mulher × Escolaridade	0.032 (0.16)	-0.020 (0.07)	-0.093 (0.30)	0.49 (0.30)
Mulher × Idade	0.015 (0.07)	0.00051 (0.03)	0.065 (0.13)	-0.16 (0.14)
Mulher × Avaliação do Bolsonaro	-0.083 (0.11)	0.025 (0.05)	0.13 (0.22)	0.22 (0.20)
Mulher × Católico(a)	-0.018 (0.27)	-0.063 (0.13)	-0.41 (0.48)	0.57 (0.56)
Mulher × Evangélico(a)	0.21 (0.29)	-0.093 (0.13)	-0.34 (0.54)	-0.047 (0.58)
Constant	3.26*** (0.35)	2.05*** (0.17)	0.17 (0.65)	-1.03 (0.68)
Observations	1327	1323	652	615
Pseudo R-squared	-	-	0.087	0.056
F	6.26	6.83	-	-
P	2.6e-14	5.4e-16	0.0000023	0.0030
R-sq	0.077	0.089	-	-
adj. R-sq	0.065	0.077	-	-
Log lik.	-2592.8	-1521.3	-389.1	-380.2
Chi-squared	-	-	58.0	37.3

Standard errors in parentheses

Fonte: Lapop 2019

** p<0.05, *** p<0.01